



Relatório Final

Mestrado em Ciências da Comunicação

2009/2010

Orientador: Professora Helena Lima

João Luís Pinto Azevedo

Porto, 2010

Índice

Agradecimentos	1
1. Introdução	2
2. A SIC	3
2.1. História	
2.2. Funcionamento interno	4
3. Actividades realizadas	8
3.1. Avaliação quantitativa	
3.2. Avaliação qualitativa	11
4. Reflexão	13
5. A especialização jornalística	15
5.1. Rumo à especialização	16
5.1.1. Percurso histórico: jornalismo interpretativo	
5.1.2. A fragmentação do público e da informação	21
5.1.3. A especialização . . . de conteúdos	28
5.2. Informação especializada	35
5.2.1. As áreas temáticas	
5.2.2. Jornalistas generalistas vs Jornalistas especializados	41
5.3. O outro lado da especialização	55
5.3.1. As desvantagens	
5.4. A visão da prática	62
5.4.1. Os casos da RTP e da SIC	
5.5. Em resumo	74
6. Conclusão	76

Anexos

Agradecimentos

Aos meus pais,

Aos meus irmãos,

Aos meus amigos,

Aos colegas estagiários da SIC,

Aos jornalistas, repórteres de imagem, editores de imagem, produtores, técnicos e restante pessoal da SIC Porto,

Ao Pedro Cruz,

À Sandra Sousa,

À Isabel Ventura

À Professora Helena Lima.

1. Introdução

No presente relatório, descrevemos, desde logo, o trabalho que desenvolvemos ao longo de três meses na redacção da SIC no Porto, entre os dias 2 de Novembro de 2009 e 2 de Fevereiro de 2010. Além disso, pretendemos também discorrer acerca de uma questão pela qual nos interessámos no decurso do estágio – a especialização jornalística.

Primeiramente, apresentamos a entidade onde estagiámos, dando conta da sua trajectória histórica e do modo como ela se organiza e funciona internamente. De seguida, detemo-nos sobre as actividades levadas a cabo e sobre elas fazemos uma avaliação quantitativa e qualitativa.

Posteriormente, avançamos com uma apreciação crítica da experiência de estágio, em que manifestamos a nossa perspectiva em torno da mesma e da maneira como ela evoluiu.

Feitas estas considerações, direccionamos atenções para o tema que nos propusemos estudar. Enquanto decorria o nosso estágio, fomos tentando definir um tópico de discussão, uma matéria que nos permitisse desenvolver uma reflexão aprofundada. De imediato, detectámos diferenças entre o modelo redaccional da SIC e a estrutura organizativa da RTP, onde fizemos o primeiro estágio. Decidimos então aproveitar o conhecimento adquirido sobre as duas realidades informativas para as confrontar e, a partir daí, retirar as devidas ilações, lançando pistas de análise em torno da especialização na actividade jornalística.

A maior parte do relatório é, por isso, dedicada a este assunto. O nosso objectivo passa por perceber os fundamentos subjacentes a estes entendimentos e problematizá-los, para resgatar vantagens e inconvenientes do modelo da especialização e tentar entender a melhor forma de o aplicar.

2. A SIC

2.1. História

A Sociedade Independente de Comunicação (SIC), propriedade do Grupo Impresa, liderado por Francisco Pinto Balsemão, iniciou as suas emissões a 6 de Outubro de 1992, como primeiro canal de televisão privado, independente e comercial a operar em Portugal, colocando fim a 35 anos de monopólio da RTP no mercado televisivo português.

Conforme assinala Santos (2002), a SIC teve uma progressão notável em matéria de audiências. Ao cabo de apenas três anos de existência, a estação assumiu a liderança do mercado audiovisual nacional com 41,4% de share, mantendo-a durante 10 anos consecutivos. De acordo com Lopes (1995), citado por Santos (2002), este sucesso resultou do facto de a SIC oferecer uma grelha diversificada, na qual se misturavam informação, reportagem, documentário, infantis, juvenis, séries, comédias, cinema e entretenimento, numa linha de programação popular.

Com uma equipa de profissionais renovada, a SIC instituiu uma nova forma de trabalhar, que ora servia as elites, cansadas das notícias subordinadas ao aparelho de Estado, ora agradava ao segmento mais popular do público. A imagem moderna e a aura de independência permitiram à SIC estabelecer uma relação privilegiada com os telespectadores portugueses.

Nos seus primeiros anos de existência, a estação concebeu uma estratificação sócio-económica que privilegiava um público predominantemente feminino, pessoas da classe C2 e da faixa etária entre os 4 e os 14 anos. Em princípios da década de 90, grassava na sociedade portuguesa um grande optimismo e uma enorme crença na iniciativa privada, o que contribuiu decisivamente para a popularidade da SIC.

Por força da falta de credibilidade da informação da RTP, condicionada durante vários anos por governos de diferentes quadrantes políticos, a SIC empreendeu uma aposta forte na componente informativa. Emídio Rangel¹, que chefiava a direcção de programas da estação, explica que era através da informação que a SIC poderia ultrapassar a RTP, não só pela equipa que tinha, mas igualmente porque, segundo Rangel, a informação constituía «*a área mais frágil*» da televisão pública.

¹ Citado por Traquina (1997).

Na programação da SIC, a informação desempenhava um papel estratégico: em Abril de 1993, o seu peso na programação de horário nobre da estação era de 23%, tendo aumentado para 30,6% no mesmo período de 1994, ainda que no final deste ano acabasse por descer substancialmente até aos 14,1% (Traquina 1997).

De qualquer modo, na relação com a concorrência, a SIC continuava a ganhar terreno por intermédio da informação, uma das suas grandes apostas. A informação da estação inspirou-se no modelo de jornalismo da CNN, que consistia em reinventar as notícias, em fabricar *estórias* a partir de elementos menos visíveis dos acontecimentos e em dar relevo aos magazines de grande informação.

Em Junho de 1995, o *Jornal da Noite* da SIC superaria o *Telejornal* da RTP 1. Pelo meio, a estação privada veio a ceder face à RTP, mas a partir de Setembro deste ano retomaria a liderança e iria a mantê-la durante muito tempo.

Por esta altura, a SIC liderou a cobertura das eleições presidenciais, promovendo debates políticos entre António Guterres e Fernando Nogueira e entre Jorge Sampaio e Cavaco Silva, momentos que se revelaram fundamentais para a vitória dos dirigentes socialistas no acto eleitoral que estava iminente. Era sobretudo na SIC que se discutiam os temas políticos, estando a RTP afastada deste cenário por se encontrar demasiado conotada com o poder estabelecido.

Os primeiros traços dos noticiários da SIC eram o rigor, a credibilidade e a actualidade. Consequentemente, as reportagens da estação começaram, então, a ser distinguidas pela sua qualidade, algo que se tornou um hábito. Em 1997, por exemplo, a SIC arrecadaria seis prémios na área de *Grande Reportagem*.

É por esta ocasião que surge a mobilidade do estúdio do noticiário. Estes estúdios informativos móveis são utilizados em acontecimentos prestabelecidos, de grande sumptuosidade visual. Neste quadro, a SIC transmitiu noticiários directamente a partir das inaugurações da Expo 98, da ponte Vasco da Gama, da abertura de várias edições da Feira do Livro e das festas de São João no Porto, em Junho de 2002.

Entretanto, os conteúdos informativos dos noticiários de todos os canais começaram a incorporar o *fait-divers*, o crime e a catástrofe. Cádima (1996:71), citado por Santos (2002), diz que estávamos em pleno «*crime time*». A fim de inverter esta tendência, a SIC alterou a imagem da sua informação e, em 1997 apresentou um novo

cenário ao nível dos noticiários, remodelando também o logótipo e o aspecto gráfico. Tal como lembra Santos (2002), este novo cenário continha *displays* de informação ao lado e por detrás do pivô, com informação adicional. Esta passou a ser a imagem de marca da estação.

Com a espectacularização do cenário e o acompanhamento do acontecimento no local, as vozes populares ganharam espaço nas notícias, pelo que os noticiários ficaram mais longos (mais de uma hora). Ao mesmo tempo, começaram-se a promover programas no interior do noticiário, «*numa contaminação de géneros*» (Santos 2002).

O trabalho em directo e as reportagens longínquas emergem como traços característicos da SIC. De resto, em 1999, a estação destacou-se na cobertura de acontecimentos nacionais e internacionais, elaborando diversos trabalhos jornalísticos, designadamente em Timor-Leste, nas guerras na Guiné-Bissau e no Kosovo e a propósito da transferência de soberania de Macau para a China.

A SIC lançou jornalistas como José Alberto Carvalho, Rodrigo Guedes de Carvalho, Ricardo Costa e Cândida Pinto. No plano da informação, sobressaíram, no canal de Carnaxide, mais duas figuras, ainda que já familiares ao grande público – Miguel Sousa Tavares, que era pivô do *Jornal da Noite* de domingo, e Margarida Marante, que se destacava nas suas entrevistas de sábado à noite, após o noticiário das 20 horas. Estes dois últimos jornalistas tinham um programa em comum à terça-feira – o *Crossfire*.

Outro programa de informação creditado era o *Flashback*, um programa moderado por Carlos Andrade e no qual intervinham deputados pertencentes a diferentes partidos (Pacheco Pereira, José Magalhães e Nogueira de Brito), gerando um debate acalorado.

Em matéria de programação, a SIC deve a sua popularidade às séries e telenovelas brasileiras, numa primeira fase, e às portuguesas, mais tarde, bem como aos concursos, *talk-shows* e *reality-shows*. Mercê do contrato estabelecido com a estação brasileira *Globo*, a SIC apostou fortemente nas telenovelas brasileiras, de tal modo que, em 1995, o programa mais visto em Portugal era precisamente uma dessas telenovelas – *A próxima vítima*. No que toca aos programas, há várias fórmulas que se destacam, pelo

seu impacto e pelo seu êxito: o *Ponto de Encontro*, o *Chuva de Estrelas*, *A Máquina da Verdade* ou *Os Donos da Bola*.

Desde a sua fundação até 1998, a SIC dava ênfase à transmissão de acontecimentos desportivos, mas estava também atenta às actividades musicais e às actividades ligadas à moda. A estação cobriu, entre outros eventos, a Volta a Portugal em Bicicleta e o Rally de Portugal, gravou os espectáculos de Aida, de Pedro Abrunhosa e dos Delfins, tendo produzido e realizado dois eventos mundiais que foram exibidos em vários canais do mundo – o *Super Model of the World* e o *Mister World*.

Consoante nota Santos (2002), o ano de 1995 marca o arranque da televisão por cabo em Portugal e, nesta altura, a SIC estabeleceu um contrato com a TV Cabo que lhe permitiu transmitir a sua programação aos assinantes na Madeira e nos Açores.

A partir de 1997, a estação de Carnaxide ramifica-se. Em Setembro deste ano, emerge a SIC Internacional, com o objectivo de se estender às comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo, bem como aos países de língua oficial portuguesa. O ano seguinte traz a SIC Filmes. Já em 2000, no novo milénio, arranca a SIC Gold e um ano depois nascem os canais temáticos – a SIC Notícias, a SIC Radical. É também em 2001 que a estação chega à internet, instituindo-se a SIC Online.

Em 2003, simbolicamente no dia 8 de Março, é inaugurado mais um canal temático, desta vez a SIC Mulher. A 6 de Outubro deste ano lança-se o projecto de solidariedade da estação – a SIC Esperança. Mais recentemente, em 2009, a SIC adquiriu a totalidade do capital da SIC Notícias.

Santos (2002) enuncia resumidamente os quatro momentos que atravessam a história da SIC: entre 1992 e 1994, a SIC impõe-se no mercado, através da informação, dos programas de entretenimento e do recurso a telenovelas brasileiras; entre 1995 e 1998, a estação chega à liderança, sendo que a RTP recua e a TVI estagna; a partir de 1999, a SIC envolve-se em novos projectos, como a televisão por cabo e a entrada na internet, no entanto em 2001 perde a liderança para a TVI, que, em resultado das apostas nos *reality shows* e na ficção nacional, conquista o *prime time*. Em 2002, diz o autor, a SIC entra no período de retoma em que reafirma os seus valores.

2.2. Funcionamento interno

A redacção da SIC Porto, inaugurada em 1995, apresenta uma feição generalista. Nela, há um corpo uniforme de jornalistas, distribuídos indiscriminadamente. Ao nível da hierarquia de funções, aparece primeiramente o editor executivo (Pedro Cruz) e de seguida a editora executiva adjunta (Lúcia Gonçalves). Formalmente, os restantes jornalistas encontram-se no mesmo patamar do ponto de vista hierárquico.

Para além do núcleo de jornalistas, constam da estrutura organizativa da SIC Porto os repórteres de imagem, os editores de imagem, os elementos da Produção, o responsável pelo Arquivo e ainda os técnicos.

O meio de comunicação preferencialmente utilizado pelos trabalhadores da SIC Porto corresponde ao *e-mail* interno da estação. Além disso, existe uma *intranet*, à qual eles podem recorrer para ficar a par de todas as novidades, notícias e outras informações publicadas acerca da empresa.

O trabalho diário da redacção é definido pelos editores executivos, a quem cabe destacar os jornalistas para a cobertura dos vários assuntos. Antes de saírem em reportagem, os jornalistas levam normalmente alguns documentos que são preparados pela Produção. Neste sector, trabalham dois elementos que, para além de organizarem a documentação dos repórteres, encetam vários contactos, ora para acertar, junto das fontes, os pormenores relativos à realização das reportagens definidas pelos editores, ora para recolher todas as informações necessárias para apoiar o trabalho diário dos jornalistas.

A redacção contempla três salas de edição, onde são montadas as peças, uma régie e um estúdio. A régie dá apoio ao estúdio e é o local a partir do qual se enviam e recebem as imagens, tendo em conta que o canal de comunicação da redacção da SIC Porto é bidireccional. No estúdio, decorrem, por vezes, emissões televisivas directas ou gravadas. É também a partir deste estúdio que se fazem as intervenções sobre o trânsito para a SIC Notícias: nele está localizado um monitor que mostra as imagens das principais vias de comunicação da cidade do Porto. As imagens são facultadas pela Câmara Municipal do Porto e pela Brisa e é com base nelas que os jornalistas veiculam as informações de trânsito.

3. Actividades realizadas

Neste capítulo, descrevemos e avaliamos o trabalho efectuado ao longo dos três meses de estágio. Inicialmente, apresentamos quantitativamente as actividades desenvolvidas e, de seguida, debruçamo-nos, em termos qualitativos, sobre essas actividades, dando conta do modo como encarámos as mesmas.

3.1. Avaliação quantitativa

Neste estágio, realizámos diferentes trabalhos, quer na redacção, quer no terreno. Relativamente às actividades levadas a cabo na redacção, tínhamos como procedimento rotineiro consultar os *takes* provenientes das demais agências noticiosas, bem como os alinhamentos respeitantes aos vários espaços informativos da SIC. Foi-nos criada uma conta para que pudéssemos então aceder ao sistema da estação. Através deste sistema, comunicávamos com os jornalistas (sobretudo os da redacção do Porto), trocando informações que fossem relevantes para a elaboração dos diferentes trabalhos jornalísticos.

Outra tarefa que nos competia executar consistia na leitura da imprensa generalista e especializada, de âmbito local e nacional, a fim de seleccionar *estórias* merecedoras de cobertura informativa. Procurávamos todo o tipo de matérias e aquelas que seleccionássemos eram remetidas para o editor executivo ou para a editora executiva adjunta. As *estórias* que, pelos seus contornos, se encaixassem no perfil do programa *Nós por Cá* eram entregues às duas jornalistas que trabalhavam especificamente para este espaço informativo da SIC. Na redacção, fazíamos também, caso fosse necessário, pesquisas de imagens no âmbito das nossas peças ou em resposta a solicitações dos jornalistas. Estas pesquisas eram desenvolvidas no arquivo da redacção, que reunia as inúmeras cassetes. As imagens eram visionadas numa máquina destinada ao efeito.

Por outro lado, um dos procedimentos que cumpríamos tinha a ver com os atendimentos, os quais se processavam presencialmente ou por telefone. Cabia aos estagiários ouvir as *estórias* contadas por diferentes pessoas, registá-las e enviá-las, pelo sistema, ao editor executivo ou à editora executiva adjunta através de um resumo escrito, caso elas estivessem dotadas de relevância noticiosa. Na redacção, em diversas

ocasiões, ficámos incumbidos de encetar contactos tendentes a apurar e/ou confirmar informações relativas às peças que estavam a ser produzidas pelos jornalistas.

No decurso do estágio, elaborámos doze notícias, sete das quais sonorizámos e ficaram editadas. Estas últimas diziam respeito aos seguintes assuntos: a suspensão dos contratos de trabalho por parte dos funcionários da Rohde de Santa Maria da Feira; a técnica utilizada pela Agência Piaget para o Desenvolvimento, que testa a qualidade das drogas; o descontentamento dos habitantes de Rio Tinto perante a mudança do hospital de referência do concelho de Gondomar; um jogo da Liga Portuguesa entre o Vitória de Guimarães e o Futebol Clube do Porto (FCP); a elevada taxa de IVA em Portugal sobre os cereais; o restauro do Palácio da Bolsa no Porto; e uma apreensão de droga feita pela Polícia Judiciária do Porto no Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Duas notícias que produzimos mas não tivemos oportunidade de editar versavam sobre as obras de remodelação da Ponte Eiffel em Viana do Castelo e sobre uma empresa de sucesso localizada em Vila Nova de Gaia, que fabrica luzes de Natal. As outras três, que passaram nos noticiários da SIC e da SIC Notícias, tinham a ver com uma conferência de imprensa do treinador do FCP, uma conferência de imprensa do presidente e treinador da Oliveirense (clube do segundo escalão do futebol português) e com um acidente na VCI.

Durante os três meses, acompanhámos, juntamente com as equipas de reportagem da SIC Porto, variados serviços e seguimos diversos assuntos no terreno, sendo que alguns deles não deram origem a notícias por determinadas razões: alguns habitantes de São João da Madeira estavam a receber insistentemente vídeos pornográficos no respectivo correio, mas este assunto não avançou porque não foi possível entrevistar qualquer um desses habitantes nem qualquer elemento da polícia, além de que a informação disponível era residual; estivemos no Tribunal de São João Novo, no Porto, por causa do julgamento do gang da Lapa, mas a leitura do acórdão foi adiada; acompanhámos uma equipa do *Nós por Cá* enviada a uma rua do Porto para avaliar um buraco que estava a ser escavado debaixo de um camião, contudo a situação encontrada não tinha o impacto esperado e não foi considerada relevante; estivemos no posto da Unidade Nacional de Trânsito da GNR por causa do lançamento de uma campanha de prevenção rodoviária ligada ao período festivo entre o Natal e a passagem de ano, porém este serviço acabou por ser abolido, dado que a campanha dizia apenas respeito ao distrito do Porto.

Os serviços em que acompanhámos os jornalistas e dos quais resultaram notícias foram a entrevista à directora do Banco de Células do Cordão Umbilical no âmbito de uma peça mais alargada (quatro minutos), um incidente entre funcionários da Prosecur nas instalações desta empresa no Porto, um jogo da Liga Portuguesa entre o Rio Ave e o Benfica, e ainda uma entrevista ao Bastonário da Ordem dos Notários.

Para além destes serviços em que seguimos o trabalho das equipas de reportagem da SIC, tivemos também a possibilidade de ser destacados pelos editores para fazer reportagem no terreno, algo que aconteceu em diversas ocasiões: estivemos numa sessão de autógrafos dada pelos jogadores do Sporting de Braga para obter a reacção de um desses jogadores a propósito de um jogo polémico que tinha oposto o Sporting de Braga ao Benfica no fim-de-semana antecedente a esse dia; entrevistámos um jogador do FCP no tradicional *SuperFlash* (conversa de quinze minutos antes do treino); acompanhámos uma conferência de imprensa do FCP, em que lançámos algumas questões ao então treinador do clube; seguimos o treino e a conferência de imprensa da Oliveirense, clube do segundo escalão do futebol português, e colocámos questões ao seu presidente e treinador, na antecâmara de um jogo da Taça de Portugal que esta equipa iria disputar com o FCP; cobrimos um acidente na VCI, no Porto, em que entrevistámos elementos da polícia e dos bombeiros; e entrevistámos um responsável da EDP a respeito da falta de luz em muitas casas da Avenida da Boavista, no Porto, na sequência do mau tempo.

Na sequência destes serviços, elaborámos algumas notícias, designadamente sobre a conferência de imprensa de Jesualdo Ferreira (na altura treinador do FCP), sobre a conferência de imprensa do presidente e treinador da Oliveirense e sobre o acidente da VCI. Como mencionámos, estas três notícias foram colocadas no ar. As duas primeiras passaram em edições do *Jornal de Desporto* da SIC Notícias, ao passo que a terceira foi exibida no *Primeiro Jornal* da SIC. Escrevemos estas peças mas depois elas foram sonorizadas por jornalistas da redacção, tendo em conta que a política de estágios da SIC não permite que os estagiários dêem voz às notícias que vão para o ar.

Na área do desporto, e em particular do futebol, pudemos acompanhar muito de perto duas das várias transmissões directas que a SIC fez dos jogos da Taça da Liga – o FCP frente ao Leixões e o Vitória de Guimarães diante do Benfica. No desafio entre o FCP e o Leixões, no Estádio do Dragão, no Porto, estivemos no relvado junto dos

repórteres ao longo da transmissão em directo, tendo também seguido as intervenções que estes fizeram antes e após o jogo. Quanto à partida entre o Vitória de Guimarães e o Benfica, seguimo-la a partir do camarote de imprensa numa posição próxima do jornalista que narrou o jogo e do comentador que o estava a analisar.

A outro nível, fomos várias vezes solicitados pelos editores para fazer *off's* sobre alguns assuntos. Quando acabávamos de escrever o *off*, o editor executivo ou a editora executiva adjunta reviam-no e de seguida nós inseríamo-lo no alinhamento do noticiário. O *off* que elaborámos sobre o alerta de cheias no Rio Douro entrou no *Primeiro Jornal*. Por vezes, quando nos solicitavam, escrevíamos igualmente pivôs para lançar declarações (*bocas*) nos noticiários.

Aquando de algumas saídas em reportagem com as equipas do *Nós por Cá*, gravámos alguns vivos.

3.2. Avaliação qualitativa

Inevitavelmente, um dos principais cuidados a considerar no âmbito do jornalismo televisivo prende-se com a adequação da linguagem às particularidades técnicas do meio. Esta foi, de resto, uma das grandes mensagens deixadas pelos jornalistas da SIC.

De facto, em televisão, estabelece-se o primado da imagem: as narrativas seguem sempre em direcção a ela. Qualquer que fosse a peça, o conselho dos profissionais era claro e invariavelmente apontava no sentido de privilegiar a componente visual. Várias vezes se disse que são as imagens a determinar o rumo das notícias.

No caso da peça sobre o teste de droga proporcionado pela Agência Piaget para o Desenvolvimento, não havia, à partida, grandes imagens que conseguissem “orientar” a *estória*. Ora, o que se fez foi, antes de partir para o terreno, simular, no estúdio da SIC Porto, os comportamentos de consumidores de droga, filmando-se também produtos que se assemelhassem a estupefacientes. Isto porque, na Agência Piaget, não se conseguiria recrutar imagens que estabelecessem uma ligação imediata com o conteúdo da notícia. Aliás, noutras situações, pudemos verificar que muitos jornalistas, apercebendo-se de

que uma dada peça não tinha muitas imagens nem imagens de qualidade, se limitavam a escrever uma frase entre os *vivos* para não estender demasiado a notícia.

Um outro aspecto a que devemos dar atenção no contexto televisivo está relacionado com o momento das entrevistas. Pelo trabalho de reportagem, no terreno, fomos percebendo que, em televisão, é preciso insistir, é preciso questionar mais uma vez, é preciso voltar a lançar a pergunta até o entrevistado responder ao que se pretende. Muitas vezes, o entrevistado fica a falar durante largos minutos e acaba por não dizer aquilo que nós queremos ouvir ou que se impunha ouvir, o que depois dificulta grandemente a tarefa do repórter de seleccionar o discurso aquando do tratamento noticioso. Ora, insistindo, repetindo as perguntas, o jornalista aumenta as probabilidades de conseguir a declaração desejada.

Por outro lado, devido à pressão do tempo, especialmente notada em televisão, alguns jornalistas aconselhavam que, na viagem de regresso à redacção, se comesse, desde logo, a pensar no pivô, escrevendo-o se possível para adiantar trabalho. Perante a rapidez associada ao meio televisivo, compreendemos que se torna fundamental este esforço de estruturação imediata das ideias e das informações.

Neste estágio, tivemos oportunidade de seguir com regularidade jogos de futebol, quer acompanhando as transmissões directas desses encontros, quer fazendo a peça de resumo dos mesmos. Da observação feita no que concerne às emissões em directo, registámos a importância de os narradores e dos repórteres prepararem devidamente as partidas, recolhendo previamente todos os dados possíveis sobre as equipas em confronto, para que, ao longo da transmissão, possam fazer considerações que, a par das notas deixadas pelo comentador, elucidem os telespectadores. Relativamente ao resumo, percebemos que, em televisão, ele não deve exceder o um minuto e meio de duração para não sobrecarregar o telespectador. Por isso, no resumo que fizemos em torno do jogo entre o Vitória de Guimarães e o FCP, tivemos a preocupação de seleccionar os golos, naturalmente, aos quais acrescentámos apenas os lances mais importantes.

Na sua rotina de trabalho diária, o jornalista de televisão elabora com muita frequência os chamados *off's*. Nesta tarefa, ele deve naturalmente seguir os parâmetros já referidos a propósito da construção das peças. A linguagem terá de ser forçosamente oralizada e tão simples e concisa quanto possível, sem cair no simplismo. Importa

concentrar o essencial da notícia no pivô, que, por norma, contempla uma ou duas frases, deixando-se os enquadramentos e as contextualizações para o fim. Além disso, convém não cansar o público com a referência a muitos números e dados estatísticos.

No que toca aos vivos, fomos percebendo junto dos jornalistas que era necessário adoptar uma postura sóbria, natural e passar a mensagem de forma espontânea, criando empatia, sem gesticular demasiado.

Estritamente ao nível da redacção, os atendimentos presenciais e telefónicos que efectuámos obrigaram-nos a agilizar a nossa capacidade de percepção da realidade. De facto, tivemos de ouvir com redobrada atenção as *estórias* expostas e analisá-las de modo meticuloso, na medida em que muitas delas correspondiam a denúncias que, podendo ser válidas, não preenchiam o requisito básico do interesse público.

Por fim, no âmbito do processo de sonorização das notícias, recebemos conselhos ponderosos por parte dos editores de imagem, que tentaram aperfeiçoar constantemente o modo como gravávamos as peças. À medida que íamos avançando neste processo, os editores sublinhavam a necessidade de controlar adequadamente a respiração e articular as sílabas, pronunciando-as de forma clara, para atingir uma projecção de voz harmoniosa.

4. Reflexão

Ao longo destes três meses de estágio, desenvolvemos diversas actividades, conhecemos diferentes pessoas e acumulámos variadas experiências. A nossa estadia na redacção da SIC no Porto permitiu-nos alargar horizontes e adquirir um conjunto de conhecimentos consistentes que vêm contribuir, em larga medida, para solidificar o nosso trajecto profissional.

O trabalho efectuado na redacção e no terreno foi sendo aprimorado gradualmente. No decurso destes três meses, fomos assimilando rotinas, técnicas e processos que concorreram para aperfeiçoar a nossa actuação diária. É verdade que já contávamos com uma experiência prévia na área da televisão e, portanto, já estávamos familiarizados com a lógica do jornalismo televisivo. Sair em reportagem não era novidade para nós, mas, por vezes, no terreno nem sempre conseguíamos recolher as

informações com a rapidez necessária ou nem sempre descobríamos a melhor questão em determinada circunstância. De regresso à redacção, era tempo de fazer a peça e, por vezes, a pressão do tempo influía negativamente na produção informativa.

Entretanto, à medida que os serviços se sucediam, fomos evidenciando uma evolução positiva. Sempre que tínhamos uma dúvida sobre uma frase de uma peça, sobre a melhor forma de elaborar os pivôs, procurávamos esclarecê-la junto do profissional ou dos profissionais que estivessem por perto. Mostrávamos regularmente aos jornalistas as peças que íamos fazendo e conversávamos com eles acerca de diferentes aspectos do trabalho noticioso. Também no terreno denotávamos um maior domínio ao nível da abordagem dos assuntos e da recolha das informações, sendo que as perguntas já iam saindo com maior fluidez.

A este progresso ajudou o facto de nos terem sido entregues diversos serviços. Ao estarmos conscientes de que o sucesso ou insucesso de determinada notícia depende de nós, ao apercebermo-nos de que naquela altura e naquele local somos a imagem da estação, ao constatarmos que merecemos a confiança do editor para aquele serviço, sentimos uma maior motivação e simultaneamente uma maior responsabilidade, pelo que trabalhamos com uma outra disposição e assumimos um comportamento empreendedor e pró-activo, a fim de desempenhar satisfatoriamente o nosso papel e de corresponder às expectativas em nós depositadas. Do nosso ponto de vista, esta maior autonomia foi uma vantagem deste estágio relativamente ao primeiro, efectuado na RTP, já que, desta forma, actuamos efectivamente como jornalistas, adquirimos uma maior experiência e potenciamos mais facilmente as nossas capacidades.

Com este estágio, sentimos que crescemos e evoluímos significativamente. Dele retirámos benefícios profissionais, mas também pessoais, pois enriquecemos o nosso currículo e alargámos a nossa lista de contactos, sempre importantes no meio jornalístico. À partida, traçámos determinados objectivos e podemos dizer que eles foram cumpridos. Ao cabo destes três meses, alcançámos um conhecimento mais consistente da realidade jornalística, em particular da televisiva. Foi uma experiência gratificante e um relevante auxílio de modo a dar resposta às solicitações de uma profissão francamente competitiva.

5. A especialização jornalística

Ao longo deste capítulo, ocupamo-nos da especialização jornalística, uma questão pouco explorada nos estudos dos média em Portugal. Trata-se de um ramo do jornalismo ainda algo recente, que assume grande complexidade a nível teórico-epistemológico. Há duas perspectivas de análise em torno deste campo: uma mais conceitual e abstracta, que o concebe como disciplina (jornalismo especializado), e outra mais direccionada para as técnicas da produção jornalística (especialização jornalística). Neste trabalho, seguimos sobretudo esta última abordagem, focando a nossa reflexão na prática profissional.

Inicialmente, traçamos o percurso histórico da especialização jornalística, balizando as suas origens e dando conta das primeiras manifestações deste fenómeno, designadamente as publicações pioneiras da década de 20, nas quais era já discernível um tratamento mais profundo dos assuntos. Mas é nos anos 70 que a especialização se começa a impor, enquanto forma de ultrapassar a crise que assolava a imprensa naquela altura. Concluiu-se que os meios de comunicação teriam de passar a explicar e interpretar os acontecimentos. Os últimos decénios conheceram avanços sociais e tecnológicos que acabaram por instituir um novo paradigma informativo. Vamos delimitar e caracterizar o contexto actual, em que os média se debatem com a exigência de uma informação especializada, que permita a cobertura rigorosa de uma realidade complexa e que satisfaça as necessidades da audiência moderna, cada vez mais segmentada. Uma vez enquadrado o surgimento da especialização, procedemos a uma breve clarificação deste conceito para proporcionar um melhor entendimento acerca dos seus contornos e das suas dimensões.

Com a progressiva implementação da especialização, aparecem novas áreas temáticas que provocam alterações não só ao nível da produção jornalística, mas igualmente no que concerne à organização das redacções. Neste quadro, discutimos a delimitação de alguns âmbitos temáticos e a sua abrangência informativa, o que nos fornece uma ideia aproximada do funcionamento interno dos meios de comunicação social que enveredam por este modelo de trabalho. A especialização introduz também uma metodologia profissional própria, comum a todos os jornalistas especializados, independentemente do campo temático em que operam. A este nível, explicitamos a

metodologia jornalística especializada em oposição à metodologia de trabalho generalista, expondo as diferenças entre repórteres generalistas e repórteres especializados à luz de cinco factores – a atitude face à informação, a relação com as fontes, os métodos de trabalho utilizados, os objectivos a alcançar, bem como a formação académica e profissional dos jornalistas.

As práticas profissionais subjacentes à especialização jornalística possibilitam um relato aturado da realidade social e oferecem, desta forma, uma melhor compreensão da mesma. No entanto, esta é uma modalidade jornalística cujas particularidades abrem espaço a uma série de riscos – a proximidade dos jornalistas relativamente às fontes pode desembocar em desvios éticos, sendo que o grau de profundidade e o carácter interpretativo conferidos aos produtos jornalísticos podem produzir um efeito contrário ao desejado. Neste sentido, elencamos e explicamos alguns inconvenientes associados à especialização, susceptíveis de comprometer a integridade e eficácia do trabalho jornalístico.

Por fim, alargamos esta reflexão a um plano prático e desbravamos o modelo organizacional das redacções de duas estações televisivas generalistas de âmbito nacional, que correspondem a duas realidades informativas globalmente distintas – a RTP e a SIC. Para o efeito, baseamo-nos nas entrevistas que efectuámos a Sandra Sousa, coordenadora de informação da RTP Porto, e a Pedro Cruz, editor executivo da SIC no Porto. Enquanto a RTP, de forma mais clara na redacção de Lisboa, segue o modelo da especialização, a SIC já se pauta por uma maior agilidade organizativa. Vamos confrontar os dois modelos e perceber os fundamentos imanentes a cada um deles. Socorrendo-nos da experiência profissional de ambos os jornalistas, recolhemos também a perspectiva deles sobre outros tópicos que abordamos no decurso do trabalho, para enriquecer as conclusões a retirar em torno do tema tratado.

5.1. Rumo à especialização

5.1.1. Percurso histórico: o jornalismo interpretativo

As mudanças tecnológicas verificadas nas últimas décadas conduziram a uma reconfiguração do mercado dos média, sendo que a história do jornalismo moderno traduz esta viragem. Instalou-se nas sociedades desenvolvidas uma autêntica era da

informação, e, com ela, chegou uma nova estrutura informativa, estribada numa reorientação do modo de actuação dos meios de comunicação clássicos.

Um dos reflexos destas inovações radica no aparecimento de publicações não diárias cujos conteúdos versam sobre temas específicos, distintos daqueles que tradicionalmente são tidos como pertencentes à agenda jornalística (aqueles que pontuam a actualidade). Além disso, surgiu uma vaga de jornalistas que não se restringe à transmissão de uma informação genérica acerca do que se passa no mundo, mas que trabalha em profundidade os conteúdos informativos de campos temáticos específicos, procurando entendê-los e explicá-los às audiências. A propensão de alguns meios de comunicação social para a especialização é particularmente visível nos dias de hoje, ainda que este fenómeno tenha a sua génese nas primeiras décadas do século XX.

Schudson (1978), citado por Berganza Conde (2005), alude a uma incipiente especialização jornalística que se constatava nos Estados Unidos da América, nos anos 20. É por esta altura que emergem os primeiros jornalistas especializados em agricultura, ciência e trabalho. A revista *Time*, co-fundada em 1923 por Briton Hadden e Henry Luce, foi a publicação precursora. Tendo como prioridades a política e a economia, a *Time* nunca descuroou outros campos temáticos, nomeadamente a cultura e o lazer. Como salienta Quesada Pérez (1998), a *Time* teve o mérito de defender, desde sempre, o jornalismo explicativo, ou seja, o jornalismo que se serve dos géneros interpretativos para explicar a realidade social. A autora sublinha que um dos maiores êxitos deste tipo de jornalismo tem a ver com sua eficiência comunicativa - a informação é tratada a partir de um novo prisma profissional, segundo o qual os factos noticiosos são apresentados «*a meio caminho entre a notícia em profundidade e o comentário editorialista*» (*idem, ibidem*).

Na verdade, a *Time* caracterizava-se pelo recurso à documentação, bem como por uma mistura de informação e interpretação que permitia aos leitores percepcionarem melhor os acontecimentos. Os factos eram relatados em textos que não ultrapassavam os quatrocentos caracteres e diziam respeito a eventos nacionais e internacionais. Mesmo num país como os Estados Unidos da América, que privilegiava a informação local, a *Time* forjou um modo de informar que possibilitava a cobertura de uma grande variedade de acontecimentos, de tal modo que a sua mensagem de autopromoção era a

seguinte: «*Consideras-te a classe de homem que nunca sabe o suficiente do que está a dizer? A Time traz isso tudo*» (Berganza Conde 2005:48).

Dez anos após a fundação da *Time*, nasce uma outra revista norte-americana, a *Newsweek*, que, apresentando um perfil idêntico à sua antecessora, volta a apostar nos géneros interpretativos. Tanto uma como outra, fizeram, desde o início, uma exigência aos seus redactores – eles teriam de ser jornalistas especializados na área temática em que trabalhassem. Isto vale por dizer que estas publicações reuniam um conjunto de profissionais da informação, «*capazes de analisar e interpretar os acontecimentos diários como autênticos especialistas e de apresentá-los à opinião pública dentro do correspondente contexto social e político*». (Quesada Pérez 1998:71). De resto, jornais, agências e até a própria rádio, em finais da década de 30, replicaram o modelo adoptado pela *Time*. O jornalismo de análise e de interpretação começou a promover-se e a ganhar o seu espaço, tanto mais que os grandes jornais, na senda do que fazia a *Time*, adicionavam às respectivas edições de domingo uma revista que contempla as grandes notícias da semana (Berganza Conde 2005).

A partir da década de quarenta, e em resultado do sucesso alcançado pela *Time*, o jornalismo abandona o carácter eminentemente informativo e ganha uma feição interpretativa e explicativa. Perante a imprensa popular, de cariz sensacionalista, aparece a imprensa de qualidade, que conjuga o comentário com o relato, incluindo, por vezes, o primeiro na narração, embora os dois registos estivessem diferenciados em termos tipográficos (*stories* e *comments*). É por esta ocasião que despontam também a reportagem em profundidade e a crónica, situadas entre os factos e as valorações. Graças à *Time*, floresce, pois, o jornalismo interpretativo ou de explicação, consolidando-se a prática da documentação dos textos e de enquadramento dos factos no seu contexto (Berganza Conde 2005). Conforme nota Quesada Pérez (1998), o jornalismo explicativo junta ao dado noticioso elementos valorativos, documentais, interpretativos e uma boa dose de opinião, esbatendo a tradicional fronteira entre a descrição e o comentário. Caminhava-se no sentido de ultrapassar a informação superficial, veiculada por aquele jornalista que atravessava os demais âmbitos temáticos da informação mediática.

Décadas antes do aparecimento da *Time*, já três jornalistas e académicos tinham tentado pôr em prática, também nos Estados Unidos, o tal jornalismo em profundidade,

que extrapolasse a superfície dos acontecimentos. Park, jornalista que posteriormente se tornaria uma das figuras relevantes do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, Ford, jornalista económico, e Dewey, então director do Departamento de Filosofia da Universidade do Michigan, lançaram, em 1892, um projecto que antecipava os fundamentos epistemológicos da especialização jornalística – *Thought News*. Apesar de nunca se ter materializado, esta iniciativa acabou por abrir terreno a um conjunto de ideias que se viriam a implantar mais tarde.

Park, Ford e Dewey pretendiam um jornalismo que esmiuçasse os acontecimentos e que facultasse aos leitores um melhor entendimento acerca dos mesmos. A *Thought News* apresentava-se nestes termos:

Um meio que não tratará de ideias filosóficas directamente, apenas se servirá delas para a interpretação dos movimentos de pensamento; que tratará questões de ciência, letras, Estado, escola e Igreja como partes de um só movimento da vida do homem e, portanto, que será de interesse comum e não as relegará a documentos separados de mero interesse técnico; que informará sobre novas investigações e descobrimentos com as suas verdadeiras conseqüências, sem as empolar; que tomará nota das novas contribuições para o conhecimento, de livros ou revistas, do ponto de vista das notícias e não do padrão ou do censor. (Coughlan 1975: 102, in Berganza Conde 2005).

Os três fundadores tinham um modo de informar claramente definido – não se devia dar conta dos factos concretos isoladamente, antes era necessário ir além das meras aparências, integrar as notícias num contexto interpretativo, conferindo-lhes profundidade² (Berganza Conde 2005). De facto, Park, Ford e Dewey perseguiram uma mudança radical em termos informativos:

O jornal, pelo mero facto de informar sobre as tendências dos acontecimentos quotidianos, provido de uma visão filosófica e com precisão científica está destinado a trazer mudanças profundas e imediatas. Queríamos conseguir uma revolução silenciosa e contínua, uma vez que tinha chegado o momento em que o jornal seria capaz e estava desejoso de informar acerca dos acontecimentos sociais e políticos com a mesma

² O desenvolvimento das notícias podia fazer-se através da observação de largos períodos de tempo ou através de técnicas quantitativas e qualitativas muito precisas. Algumas destas técnicas seriam absorvidas pelo chamado jornalismo de precisão, tido como inovador nos Estados Unidos, no início da década de 70. O jornalismo de precisão é uma modalidade jornalística baseada na aplicação activa de técnicas de investigação social, na busca, tratamento e análise rigorosa ou tecnicamente válida dos dados e na máxima competência profissional na área de especialização jornalística. (Galindo Arranz 2003). Alguns instrumentos utilizados por este jornalismo para a recolha de dados são os inquéritos, as sondagens e as bases de dados estatísticos. O jornalismo de precisão localiza-se na zona onde se intersectam os métodos científicos com as técnicas jornalísticas (Sousa 2005).

precisão com a qual se informava sobre a bolsa e os jogos de futebol. (Baker 1973: 254, in Berganza Conde 2005).

Para os criadores do projecto *Thought News*, era, pois, fundamental que as notícias fossem desenvolvidas e exploradas a fundo, para que os leitores as pudessem interpretar e compreender o seu real significado.

Ford tinha desempenhado as funções de editor no *Bradsheet*, um jornal económico de Nova Iorque, e estava desiludido com a falta de notícias em profundidade, algo que ele justificava com a pressão inerente ao horário de fecho dos jornais. Como solução para este problema, ele propunha um jornal nacional composto por notícias e opinião, que interpretasse os acontecimentos. Este jornal privilegiaria aquilo que Ford designava por «*grandes notícias*», isto é, relatava as tendências prevalentes durante muito tempo e que se referiam ao que ia ocorrendo no presente, não se ficando pela superfície dos factos e por aquilo que aparentasse estar a acontecer (Park 1950, in Berganza Conde 2005).

Ford, Park e Dewey criariam, através da empresa que projectavam, um jornal nacional, com o nome de *Newsbook*, um jornal local, chamado *The Town*, que incluía diversas edições regionais, e outro de cariz publicitário – *The Daily Want*. Uma segunda empresa deles seria responsável pelo lançamento de jornais especializados em diferentes sectores e uma terceira corresponderia a uma agência de notícias, intitulada *Fords*, que difundiria informação a banqueiros, empresários e políticos. Para Ford, Park e Dewey, uma notícia era passível de ser veiculada a três tipos de públicos, sendo necessário, para isso, ajustar a abordagem informativa e a linguagem aos destinatários. Deste modo, a primeira empresa concebida teria a missão de informar o grande público, a segunda daria informação aos especialistas, ao passo que a terceira, a *Fords*, estava reservada àqueles que quisessem obter informações mais concretas (Berganza Conde 2005).

O jornalismo explicativo preconizado por Ford, Park e Dewey, que ganhou expressão na *Time* e depois na *Newsweek*, mostrou-se igualmente útil no cenário da II Guerra Mundial. De acordo com Quesada Pérez (1998), a notícia breve e sucinta, presa ao tradicional estilo informativo e objectivo, facilitava o trabalho dos meios audiovisuais e, sobretudo, das agências noticiosas, mas era insuficiente para entender o que, de facto, se estava a passar na Europa, por esta ocasião. Justificava-se, por isso, um aprofundamento do «*tremendo caos informativo*» provocado pelos episódios bélicos,

através do inter-relacionamento das notícias produzidas diariamente, no sentido de possibilitar uma melhor compreensão dos factos ocorridos. Aliás, um dos motivos que, desde logo, impeliram a especialização foi precisamente a procura de jornalistas especializados em política e em relações internacionais (*idem, ibidem*, 31).

Todos estes antecedentes históricos acabaram por fazer emergir um jornalismo de interpretação, cujo objectivo passava por «*ajudar o público a distinguir entre o verdadeiro e o falso, e colaborar na digestão intelectual do leitor mediante a exposição de um contexto coerente dentro do qual as notícias tenham a sua verdadeira e adequada significação*» (Martínez Albertos 1972:155, in Quesada Pérez 1998). O surgimento deste tipo de jornalismo, dotado de uma maior capacidade de interpretação³ da realidade, fabricou as bases de desenvolvimento da especialização, que posteriormente se instituiria.

5.1.2. A fragmentação do público e da informação

Após longo período de estagnação em termos tecnológicos, o jornalismo conheceu um forte impulso nas últimas décadas, passando a reger-se à luz de um novo paradigma informativo. Agarrados a um campo comunicativo caracterizado por uma informação uniformizada, os média clássicos vêm-se obrigados a adoptar outros modelos de difusão de conteúdos informativos, vocacionados para a adequação das temáticas às especificidades de cada segmento do público. E este é o princípio que sustenta a necessidade da especialização – a sociedade contemporânea encontra-se compartimentada em interesses diversos e os meios de comunicação devem satisfazer essa procura de informação especializada.

As sociedades pós-industriais, em que cada indivíduo ocupa o seu lugar específico, permitiram que a especialização ganhasse espaço e se configurasse como uma prática influente no quadro dos média modernos. Niklas Luhmann definiu um

³ No âmbito do jornalismo de explicação ou interpretação, convém estabelecer uma diferenciação entre «*interpretar*» e «*opinar*» para aclarar os conceitos. Enquanto a opinião se prende com a manifestação de um juízo, ponto de vista, pensamento ou critério pessoal (Diezhandino 1994, in Berganza Conde 2005), a interpretação tem a ver com a expressão de um juízo objectivo, alicerçado nos antecedentes, no conhecimento da situação e na análise de um acontecimento (Markel, in Santamaría 1990, citada por Berganza Conde 2005). Existem três atitudes jornalísticas – a informativa, que se refere à produção de notícias e reportagens, a de solicitação de opinião, que se baseia na produção de artigos editoriais, colunas e críticas, e ainda a explicativa ou interpretativa, uma atitude intermédia que se caracteriza pela produção de crónicas e reportagens em profundidade.

conjunto de aspectos que peculiarizam estas sociedades: o aumento tremendo do conhecimento dos factos da vida e da interactividade entre os homens; um saber científico universalmente alargado e a disponibilização generalizada dos progressos tecnológicos; uma opinião pública mundial que assimila novos temas, traduzindo-os em normas de comportamento para os receptores de informação; uma interacção da actividade económica, assim como o aparecimento de uma civilização de viagem, na qual um indivíduo com educação urbana sabe adaptar-se a qualquer local do mundo onde esteja. Os meios de comunicação social assumem um papel integrador de todos estes aspectos (López-Escobar e Orihuela 1988, in Mar de Fontcuberta 2002).

Mar de Fontcuberta (2002) afirma que a longa tradição dos média criou uma cultura de informação jornalística global e interplanetária, a qual desencadeou uma ânsia de saber, até agora ignorado. As sociedades actuais são marcadas por um aumento do nível cultural dos indivíduos e por um maior tempo de ócio (socialmente instrutivo), factores que levaram à constituição de uma audiência eminentemente selectiva. Perde, então, força o conceito clássico de «*audiência de massas*» (Quesada Pérez 1998).

A crise do modelo da sociedade de massas tem correspondência na crise do modelo de comunicação de massas. Ou seja, os média deixavam de ser de massas, mas continuavam a produzir informação massiva para públicos que eram agora cada vez mais parcelados (Álvarez Pousa 2004).

O facto de os cidadãos acederem facilmente aos meios audiovisuais (rádio e televisão) satisfazia as suas necessidades informativas básicas quando estes apenas queriam estar a par daquilo que era essencial para a sua correcta integração na sociedade. Todavia, esta mesma facilidade de acesso à informação genérica acabou por tornar o público mais duro e exigente relativamente aos média clássicos, pois havia ocasiões em que essa mesma audiência pretendia informar-se de maneira mais profunda sobre aquilo que suscitava a sua atenção ou despertava o seu interesse particular (Quesada Pérez 1998).

Guido Fauconnier, teórico belga da área dos média, dizia, num congresso internacional de editores de jornais, que era já detectável, na sociedade industrializada, um número crescente de pessoas que não subordinavam o seu comportamento às normas e expectativas dos outros, preferindo, ao invés, seguir o seu próprio caminho, as suas próprias regras e inclinações. Não queriam imitar a maioria, não queriam estar

dependentes dos padrões vigentes, procurando afirmar-se pelas suas características singulares. A sociedade de massas dá lugar a uma *sociedade de grupos*, mais consentânea com a dinâmica da sociedade pós-industrial (Mar de Fontcuberta 2002). Tal como refere Amparo Tuñon (1993), citada por Fernández Obregón (1998), a eclosão do fenómeno da especialização coincide com uma mudança de costumes nas sociedades:

A mudança de paradigma que implica a transição de uma informação genérica para uma informação especializada inscreve-se, nos seus aspectos fundamentais, na superação da era da cultura de massas, própria da sociedade industrial, para passar a uma época na qual convivem e coexistem diversas formas de vida e diferentes modelos comunicativos.

As antigas audiências de massas, absorvendo esta tendência de regresso ao individualismo, começaram a olhar para si próprias enquanto parte integrante de grupos sociais ou grupos de interesse definidos. Face a esta conjuntura, os meios de comunicação social deveriam orientar o seu trabalho na perspectiva de corresponder a esses interesses particulares, aumentando a oferta de conteúdos especializados (Quesada Pérez 1998). Quando na década de 60, na Europa, se iniciou a discussão à volta da crise da imprensa, esta foi a principal ilação retirada pelos académicos e profissionais que intervieram nesse debate.

A especialização jornalística começa a perfilar-se como a solução para a preocupante perda de leitores que afectava os média escritos de todos os países do Ocidente europeu, no segundo terço do século XX. Nos muitos debates realizados a propósito desta questão, ficou claro que os meios audiovisuais conseguiam informar sobre os factos da actualidade com muito maior acuidade do que a imprensa escrita, o que obrigava esta última a desempenhar o papel de explicar e interpretar em profundidade o mundo (Quesada Pérez 1998). Mas havia outras razões que justificavam o momento delicado pelo qual passavam os jornais. Javier Fernández del Moral (1983), citado por Quesada Pérez (1998), fala de uma crise económica generalizada, da escassez de papel da imprensa, das dificuldades de distribuição dos jornais, da concorrência entre os meios, da distribuição e armazenamento selectivos da publicidade, destacando ainda a crise de credibilidade dos conteúdos informativos. Este último aspecto revela-se na imagem que a sociedade formava da imprensa. Para os sábios, e mais tarde para os

políticos, homens de negócios e cidadãos comuns, os jornais constituíam uma panóplia de simplificações, exageros ou falsidades.

A necessidade da especialização informativa ganhou consistência com o inquérito realizado, em 1974, pelos professores da Universidade Complutense de Madrid, Pedro Orive e Concha Fagoaga⁴, a vinte directores de jornais da época. À questão sobre se a imprensa precisava de caminhar rumo à especialização para combater a crise, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente, com apenas seis a pronunciarem-se de forma negativa. As razões invocadas por aqueles que concordavam com o modelo da especialização eram as seguintes:

- A televisão e a rádio vão cortando cada vez mais o âmbito da notícia.
- Devido à rapidez informativa do meio audiovisual;
- Porque a primeira informação cabe a outro meio: televisão, rádio e outro que venha. O jornal complementá-la-á, documentando.
- Porque assim pedem os leitores.
- Porque a progressiva tecnicização da vida incrementa cada dia mais o nível cultural dos leitores e exige maior rigor nas explicações e orientações.
- Porque cada vez é mais difícil vender diários de informação geral.
- Porque é um instrumento de luta com os outros meios audiovisuais, sem prejuízo de que um jornal deva seleccionar tudo o que interessa ao homem;
- Pela necessidade de segmentar por afinidades os conhecimentos acerca do mundo que nos rodeia, cada vez mais extenso e confuso.
- Especialização? Toda a que o adequado ordenamento do diário exija, tendo presente que o jornal ajuda a criar critério através de um conteúdo ameno.
- Porque é imprescindível para o futuro da profissão, segundo demonstram outros países.

Na década de 70, a esfera académica e a esfera profissional estavam de acordo (pelo menos de forma tácita) em apontar a especialização como a saída eficaz de uma crise que até então vinha bloqueando o crescimento dos média escritos europeus e colocando em causa a sua subsistência. Orive e Fagoaga (1974) elencavam os

⁴ Citados por Quesada Pérez (1998).

benefícios resultantes da aposta na especialização – este paradigma jornalístico diagnostica os problemas da sociedade actual numa determinada área e discute as eventuais soluções, dotando os leitores de uma consciência crítica; tem por objectivo oferecer ao leitor uma informação completa na respectiva área de especialização e clarificar as posições que se confrontam na vida político-social, disponibilizando todas as pistas possíveis de análise; aumenta o conhecimento mútuo e facilita, deste modo, a participação de todos num diálogo plural; a informação especializada mostra-se mais precisa, completa e equilibra a quantidade de palavras com a qualidade de tratamento dos assuntos, promovendo a reflexão por meio da apresentação de dados úteis; se as redacções forem constituídas por jornalistas especializados distribuídos por áreas delimitadas, reduzirão com maior facilidade as inúmeras trivialidades que invadem diariamente a agenda jornalística, poupando espaço e tempo.

Em consonância com as ideias expressas por Orive e Fagoaga (1974), Servan-Schreiber antecipou, também nos anos 70, o florescimento da informação especializada em detrimento da informação de carácter genérico. Este político e empresário francês do ramo da imprensa foi um dos pioneiros na enumeração das causas que, do seu ponto de vista, determinaram esta alteração no processo de comunicação jornalística nas sociedades modernas: i) a especialização no trabalho fez aparecer subgrupos que não têm a mesma linguagem entre si, daí que a informação especializada tenha de responder às necessidades desses subgrupos; ii) a ascensão das minorias (os grupos étnicos voltaram a procurar afincadamente a sua identidade); iii) a educação liberal, assente numa «*melhor cultura*», num «*melhor conhecimento do mundo*» e mais tolerante com as inclinações pessoais, ajudou a variar os gostos e as necessidades informativas; iv) a cultura baseada no consumo, como consequência de um mercado vasto e próspero, em que «*qualquer ideia bem apresentada pode transformar-se num submercado limitado, mas muito lucrativo*»; a multiplicidade de caminhos a seguir, isto é, quem tem vontade e meios suficientes, reage à assimilação pela massa e tenta identificar-se com um grupo restrito e homogéneo, dentro do qual sente que está a viver, sendo que, nesta esteira, qualquer nova tendência social, caso consiga gerar consumo, envida esforços para instalar à sua volta uma imprensa que a identifique, relate, destaque e sirva (in Mar de Fontcuberta 2002).

Também Alvin Toffler, no início da década de 80, anunciava a especialização enquanto um dos traços definidores daquilo que ele designava por Terceira Vaga. Ao

longo do tempo, a diversificação da procura em distintas áreas informativas veio acentuar a necessidade da especialização jornalística. A partir da segunda metade do século XX, as empresas adoptaram as pesquisas de mercado e perceberam que as expectativas dos consumidores variavam sobremaneira, pelo que não podiam ser satisfeitas através dos mesmos produtos ou serviços. Cientes de que os consumidores passam a procurar e a obter produtos específicos, adequados às suas necessidades, as empresas jornalísticas foram-se também adaptando a esta realidade, direccionando os seus conteúdos informativos para públicos segmentados (Garcia 2009). Era agora evidente a circunstância de que não havia um público, mas vários públicos. E, como salienta Abiahy (2005), a segmentação é justamente o reconhecimento de que existem públicos diferenciados, não apenas uma massa.

Nesta senda, assiste-se a uma multiplicação das editorias dos jornais, destinada a abarcar os diferentes segmentos dos públicos (Solha 1999, citada por Carvalho 2007), um fenómeno que começou por se verificar na imprensa escrita, mas que depois se estendeu à rádio e à televisão. Esta fragmentação do trabalho jornalístico visa alcançar a fidelidade das audiências (Kardec Vallada⁵, in Carvalho 2007), oferecendo-lhes matérias que preenchem o seu horizonte de expectativas, vale dizer, que se ajustam às suas preferências e gostos específicos.

Hoje em dia, vivemos na sociedade da informação, em que se cruzam as tecnologias digitais com os fluxos económicos, tendo em vista a construção de um mercado global (Álvarez Pousa 2004). No cenário económico actual, subordinado aos ditames da globalização, o capitalismo ocidental procura derrubar fronteiras e expandir-se, servindo-se da informação para cumprir os seus desideratos homogeneizadores. No universo da comunicação, desenvolve-se o fenómeno da concentração, com os grupos de média a ganharem um espaço privilegiado nas sociedades contemporâneas. Ainda assim, como adverte Abiahy (2005), o processo de globalização não acarreta somente a uniformização dos bens culturais. A autora reconhece que se mantém a hegemonia norte-americana no que toca aos conteúdos culturais e informativos, mas vinca que a estratégia dos grupos económicos se está a basear na segmentação dos mercados, tendo como consequência o aparecimento de públicos diferenciados. Ortiz (1996), citado por Abiahy (2005), fala de um modelo híbrido, no qual a globalização se realiza por meio

⁵ Entrevista concedida por Kardec Vallada a Carmen Carvalho (2007), em 3 de Abril de 2002.

da diferenciação. Nesta sociedade globalizada, a tendência é precisamente a da «*diferenciação na globalização*». Com a «*desmassificação generalizada*», é cada vez mais difícil identificar um consumidor padrão. A fragmentação afigura-se claramente um dos factores preponderantes da nova ordem mundial (Mattelart 1999, in Abiahy 2005).

Perante esta nova configuração informativa, torna-se crucial pôr em prática um modelo que, não deixando de atender a tudo aquilo que veio criando as bases da cultura jornalística, permita simultaneamente respostas inteligentes, criativas e especializadas às mudanças exigidas por esta sociedade em transformação (Álvarez Pousa 2004). Daqui resultam formas de relação e comunicação que têm implicações directas no processo de produção e difusão noticiosas dos acontecimentos.

Exige-se, assim, um instrumental jornalístico consentâneo quer com as necessidades de uma sociedade amplamente fragmentada, quer com os novos usos da comunicação, tanto mais que «*neste tempo de grandes e rápidos avanços tecnocientíficos, em que a eclosão do saber e a conseqüente fragmentação do conhecimento correm em paralelo com a necessidade do público em conhecer o seu alcance e as suas conseqüências, já não é suficiente defender e sustentar o valor ideológico da informação*» (Álvarez Pousa 2004:80). Pelo contrário, é agora essencial implementar o valor social da informação, o qual obriga a que esta se processe «*de acordo com as procuras cada vez mais diversas e qualificadas de uma sociedade aberta a todo o tipo de verdades contraditórias*» (*idem, ibidem*).

O saber não pode mais ser encarado como *informação efectiva*, aquela que permite, a quem a tem, perceber o que deve dizer e como o deve dizer, mas como *informação projectiva*, ou seja, aquela informação centrada em obter resultados na sociedade, fora da pessoa (Druker 1995, citado por Álvarez Pousa 2004). Significa isto que o *saber*, de carácter personalizado e geral, é substituído pelos *saberes*, socializados, segmentados e especializados.

Os jornalistas enfrentam, portanto, o desafio de integrar o conhecimento, facilitando a sua divulgação através de uma informação mais estruturada. A prática do jornalismo contemporâneo incorpora uma nova dimensão, a saber, a especialização (Álvarez Pousa 2004), que funciona como o elo entre a sociedade do conhecimento, cada vez mais complexa, e o universo dos receptores, crescentemente selectivo.

Dada a actual heterogeneidade das actividades sociais e o volume de acontecimentos jornalísticos por ela criado, a que acresce a especialização científica e laboral, importa fornecer à(s) audiência(s) uma informação completa e exacta acerca dos temas que afectam os seus núcleos de interesse (Quesada Pérez 1998, Blanco Castilla 2004). O jornalismo impregna-se no mundo da especialização científica, para tornar cada especialidade algo comunicável jornalisticamente (Fernández del Moral 1991, citado por Quesada Pérez 1998). A complexidade dos conteúdos que moldam a actualidade jornalística é indiscutível e, por isso, a comunicação especializada destaca-se como a via a seguir, de modo a assegurar uma informação mais credível e fiável, que disponibilize os dados necessários para uma melhor percepção das ocorrências noticiosas, abrindo uma perspectiva crítica sobre as mesmas.

5.1.3. A especialização... de conteúdos

Como já salientámos no início deste capítulo, a especialização jornalística corresponde a um assunto complexo e polivalente, que constitui uma área de estudo relativamente jovem dentro das pesquisas mediáticas. A dinâmica exibida por este fenómeno em finais do século XX e inícios do século XXI mostra-nos que falamos de um âmbito do jornalismo agregador de ângulos de análise académicos e profissionais⁶. Com efeito, estamos perante uma disciplina académica intimamente ligada ao aspecto profissional: ela desenvolve o corpo teórico que disponibiliza ao jornalista os conhecimentos aplicáveis às áreas informativas marcadas pelos conteúdos e pelas fontes de informação (Meneses Fernández 2007).

A especialização jornalística, desde o seu surgimento, foi sendo objecto de uma grande evolução, que se reflecte nas inúmeras definições enunciadas pelos estudiosos deste campo para balizar o conceito. No universo brasileiro de estudos acerca desta matéria, sobressaem autores como Mário Erbolato (1981), Elcias Lustosa (1996) e Nilson Lage (2005)⁷. Os três abordam a especialização com base na imprensa e em função da segmentação da informação em editorias.

⁶ Em Espanha, o *Periodismo especializado* tem assumido grande importância nas últimas três décadas, caracterizando-se pela sua versatilidade. Depois do processo de consolidação por que passou, tornou-se uma área a considerar pela investigação científica e pela inovação profissional.

⁷ Citados por Tavares (2009).

Erbolato (1981:11) relaciona a especialização com «*as secções ou páginas diversas de um matutino*», ao passo que Lage (2005) se refere às editorias como divisões, no interior do jornal, dos sectores de actividade que possuem interesse jornalístico, dissertando, mediante este enquadramento, sobre o significado da especialização. Lustosa (1996), por sua vez, entende a compartimentação do trabalho jornalístico como sendo resultado da divisão do trabalho nos meios de comunicação. Erbolato, Lage e Lustosa debruçam-se sobre os jornais impressos diários, mas, ao contrário do que acontece com as formulações de Erbolato, as análises de Lage e Lustosa contribuem para pensar o conceito de especialização em si.

Como ponto de partida para a sua argumentação, Lage lança uma questão retórica – dado que as redacções estão divididas em editorias e que cada uma das áreas delimitadas encerra algum conhecimento científico, por que razão não se convertem os especialistas em jornalistas, em vez do contrário? Lage começa por responder que o trabalho do jornalista não poderia ser realizado por um especialista, na medida em que o jornalista, sendo um agente do público, está incumbido de narrar as vicissitudes da sociedade ao abrigo de critérios do senso comum, algo que o especialista não iria fazer. O autor prossegue o raciocínio e reitera que a pergunta é despicienda, lembrando que um professor primário não precisa de ser uma criança para comunicar com os seus alunos, nem um médico tem de abandonar os seus conhecimentos para comunicar um diagnóstico ao seu paciente. Numa segunda resposta à pergunta, Lage traz à colação o tópico da ética profissional. A este propósito, lembra que cada profissão contempla as suas próprias normas e há situações em que um qualquer aspecto macula a ética médica, por exemplo, mas não macula a ética jornalística. Esta possível incompatibilidade no plano ético-profissional pode originar um problema de difusão de informações. A terceira resposta diz respeito à formação. O autor conclui que é o jornalista quem se deve especializar, pois isso seria mais produtivo e económico para a sociedade.

Na sua reflexão, Lage evoca a Teoria da Cognição, que postula a necessidade de se compreender o assunto sobre o qual se pretende transmitir conhecimento. Isto pressupõe criar um modelo mental - estrutura incompleta, aproximada e referente a um contexto cultural que constitui o acervo da memória - desse assunto. Lage tece estas considerações para mostrar que, por exemplo, um repórter de política nacional não tem de ser um cientista político, mas deve estar munido de toda a informação possível sobre a organização do Estado, a história recente e a índole dos factos políticos.

Esta visão de Lage remete para a existência de um conhecimento jornalístico⁸ singular, situado entre o senso comum e o conhecimento científico, e contribui para clarificar o papel do jornalista especializado. Juarez Bahia (1990), citado por Tavares (2009), reforça a ideia expressa por Lage, ao afirmar que, independentemente da secção do veículo jornalístico, a «*literatura técnica do produto a ser comunicado*» deve ser feita pelo «*especialista treinado em notícias*». O jornalista especializado deve reunir informações consistentes, isto é, científicas e relacionadas com a especialidade em causa, bem como noções técnicas e experiência.

Por fim, a posição assumida por Lustosa classifica a especialização como algo anterior ao jornalismo e que teria, nesta actividade, mais um espaço de manifestação.

As reflexões⁹ mais solidificadas sobre esta problemática do jornalismo encontram-se nos estudos de autores espanhóis, que atribuem à especialização dimensões variadas, embora algumas delas estejam entrecruzadas. Fernández del Moral e Esteve Ramirez¹⁰ (1996) ligam a especialização jornalística à especialização do conhecimento e do trabalho. Estes professores da Universidade Complutense de Madrid complementam esta ideia com a concepção de Durkheim (1967) sobre a divisão do

⁸ Park (1940) foi um dos primeiros autores a reflectir acerca das diferenças entre conhecimento científico e comum, ocupando-se das relações destes dois tipos de conhecimento com as notícias. O autor já tinha apresentado a notícia como uma forma de conhecimento balizada entre o conhecimento científico, formal, racional, sistemático e metódico, e o conhecimento comum, intuitivo, baseado na familiaridade com as coisas, na acumulação da experiência, na gradual acomodação do indivíduo ao seu mundo. As notícias surgem na forma de pequenas e independentes comunicações que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. Na verdade, como diz Park (1940), as notícias estão para o público como a percepção está para cada pessoa individualmente. Significa isto que as notícias não só informam o público, como também o orientam, dando conta, individual e colectivamente, daquilo que se passa. Fazem-no sem que o repórter tenha de despende qualquer esforço para interpretar os acontecimentos que relata (excepto quando tem de tornar esses acontecimentos compreensíveis ou interessantes). Meditsch (1997), outro autor que se dedica a este assunto, alerta, porém, que entender o jornalismo enquanto forma de conhecimento obriga a elevar a exigência sobre os seus conteúdos, na medida em que o conhecimento implica rigor. Olhar para o jornalismo como modo de conhecimento obriga também a elevar a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, pois estes deixam de ser puros comunicadores e passam a desempenhar o papel de produtores e reprodutores de conhecimento. Meditsch (1997:12) afirma que «*a questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e dos seus efeitos pode ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham*».

⁹ Em Espanha, o Jornalismo Especializado existe, desde 1970, enquanto actividade académica, assumindo um papel relevante na formação dos estudantes de jornalismo e, a partir de 1980, corresponde a um objecto de estudo e a um campo científico no interior da *Periodística* e das Ciências da Comunicação. Apesar do amadurecimento das pesquisas espanholas à volta deste tema, os autores utilizam várias nomenclaturas quando falam deste fenómeno: o termo pioneiro é *Jornalismo Especializado*, mas da bibliografia constam outras designações como *Informação Jornalística Especializada*, *Comunicação Jornalística Especializada* e *Especialização Jornalística*. Mais recentemente, em 2004, no IV Encontro do Instituto de Estudos de Comunicação Especializada, os investigadores propuseram a denominação *Comunicação jornalística de conteúdos especializados*.

¹⁰ Citados Por Tavares (2009).

trabalho. Na óptica deste sociólogo francês, não devemos estender a nossa actividade à superfície, antes impõe-se que a concentremos e especializemos, limitando o nosso horizonte, definindo uma determinada tarefa e dedicando-nos inteiramente a ela.

Em função deste pressuposto, Fernández del Moral e Esteve Ramirez (1996) apontam a especialização como um fenómeno decorrente de dois grandes requisitos – por um lado, a compartimentação do público e, por outro, a necessidade que os próprios meios sentiram de emprestar maior profundidade e qualidade aos conteúdos informativos. De resto, já assinalámos estes aspectos anteriormente quando tratámos do surgimento da especialização.

No processo de afirmação da especialização no jornalismo, enfatiza-se a importância de fazer das áreas muito especializadas da vida social algo inteligível, passível de ser entendido pela generalidade do público. Tal perspectiva, que também já afluímos no ponto anterior, é advogada por Atala¹¹ (2005), para quem a especialização se afigura uma ferramenta destinada a ampliar e tornar comunicáveis conteúdos específicos, os quais, se não fossem dominados pelo jornalista, não poderiam ser transmitidos ao público de modo objectivo e sério. Esta linha de pensamento é partilhada por Fernández del Moral (2004:24):

[A especialização] visa tornar possível ao jornalismo a sua penetração no mundo da especialização, não para converter os nossos profissionais em falsos especialistas, não para obrigar o jornalismo a parcelar-se, a subdividir-se, a compartimentar-se, mas para o contrário: para fazer de cada especialidade algo comunicável, objecto de informação jornalística, susceptível de codificação para mensagens universais.

Os jornalistas especializados mergulham, então, nas minudências do conhecimento científico, com o único propósito de desempolar questões específicas, possibilitando uma compreensão global de fenómenos complexos, através de uma linguagem acessível a todos. Segundo Tavares (2009), atribui-se à especialização «*o papel (...) de intermediar saberes especializados na sociedade, construindo um tipo de discurso que, noticioso, ou “apenas” informacional, promova um outro tipo de conhecimento que se funde – geralmente – na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum*».

¹¹ Citado por Tavares (2008).

A especialização no jornalismo é recorrentemente associada a uma prática propiciadora de conteúdos informativos profundos e completos, que não se restringem à superficialidade. Nesta lógica, Orive e Fagoaga¹² (1974:69), os primeiros académicos a publicar uma investigação sobre esta matéria, fazem referência a uma «*estrutura que analisa a realidade, proporcionando aos leitores uma interpretação do mundo o mais acabada possível, adequando a linguagem a um nível em que se determine o meio e aprofundando os seus [dos leitores] interesses e necessidades*». Esta definição evidencia os traços que estão na origem da especialização jornalística – a intenção de aprofundar¹³ os assuntos e de incentivar a interpretação em torno dos mesmos, bem como a necessidade de adaptar a linguagem aos diferentes públicos, considerando ainda as expectativas destes. Ora, como observa Tavares (2008), a especialização, não obstante o meio e o conteúdo, implica sempre uma mescla entre a necessidade de um processo investigativo e interpretativo diferenciado acerca da realidade e o ajustamento de termos e lógicas a uma linguagem acessível.

No seu projecto docente, datado de 1983, Fernández del Moral aproxima-se da visão defendida por Orive e Fagoaga (1974), mas realça outros aspectos:

[A especialização] é aquela estrutura informativa que penetra e analisa a realidade através das distintas especialidades do saber, coloca-a num contexto amplo, oferece uma visão global ao destinatário e elabora uma mensagem jornalística que adapta o código ao nível próprio de cada audiência, atendendo aos seus interesses e necessidades. (in Quesada Pérez 1998).

Fernández del Moral assinala, embora de forma implícita, os parâmetros que, para Quesada Pérez (1998), viriam a ser essenciais para pensar a especialização jornalística nos dias de hoje: a análise contínua da realidade social, a contextualização dos dados, a particular incidência em áreas temáticas delimitadas e, na sequência de todos estes factores, a satisfação das exigências feitas pelas audiências fragmentadas, que procuram informação especializada.

¹² Citados por Berganza Conde (2005).

¹³ A reportagem será o exemplo paradigmático da especialização jornalística porque, para além de acompanhar a especialização ditada pelo meio e pelo tema, não se confina à vertente estritamente noticiosa, proporcionando o tal aprofundamento das especialidades tratadas. Graças a este género jornalístico, poderia pôr-se em prática um estilo de informação mais completo e desenvolvido, a exemplo do jornalismo concebido como explicativo (Tavares 2008).

Quesada Pérez (1998:23) atende aos aspectos relacionados com o tema, o meio e as audiências, juntando-os à questão dos métodos profissionais, que, como veremos adiante, particularizam o trabalho dos jornalistas especializados. A autora descreve a especialização jornalística como aquela que *«resulta da aplicação minuciosa da metodologia jornalística de investigação aos múltiplos âmbitos temáticos que conformam a realidade social, condicionada sempre pelo meio de comunicação que se utilize como canal, para dar resposta aos interesses e necessidades das novas audiências sectoriais»*.

São, portanto, várias as acepções¹⁴ inerentes ao conceito de especialização jornalística, muitas delas complementares. No fundo, quando se discute a criação de produtos jornalísticos especializados, tenta-se perceber se a especialização diz respeito aos conteúdos, ao âmbito geográfico, às audiências, aos meios de comunicação ou ao método de trabalho. (Meneses Fernández 2007).

Mar de Fontcuberta (2002), apesar de falar do público e dos novos meios resultantes dos avanços tecnológicos, diz claramente que a especialização não se refere aos vários tipos de meios ou de audiências, antes aos conteúdos. Num trabalho posterior, Fontcuberta (2006), citada por Tavares (2009), corrobora o enfoque sobre os conteúdos, ao relacionar a especialização com a ideia do tratamento em profundidade, nos meios de comunicação, de um certo campo do conhecimento. De acordo com a autora, o conceito de especialização jornalística contempla um referente temático. A questão geográfica ou a questão do meio, por exemplo, são assim complementos importantes do âmbito temático, que é *«a autêntica razão de ser da especialização»*. (*idem, ibidem*).

¹⁴ Nas suas pesquisas específicas sobre a especialização no jornalismo, Hector Borrat (1993), citado por Tavares (2009), centra-se na questão textual, pensando a especialização não a partir de quem a produz, mas a partir do texto produzido. Recorrendo aos saberes da *Periodística* (bibliografia espanhola no campo da comunicação), quer o da «teoria normativa», que define as regras da especialização jornalística, quer o da «teoria empírica», que se ocupa das narrativas jornalísticas visíveis na grande imprensa, o autor diz que se deveria atestar a coerência interna do texto, a sua relação com a realidade e a pertinência teórico-metodológica da sua produção, ou seja, as categorias e modelos de análise aplicados ao texto, sem atender à linguagem, ao meio ou ao público a que se dirige esse texto. Borrat sublinha a importância da articulação da formação teórico-metodológica com a experiência profissional tendo em vista a produção de «bons» produtos jornalísticos especializados, mas não procura perceber em que medida o texto, com a sua linguagem e o seu conteúdo, deve ser visto dentro de todo o processo comunicativo, onde se incluem o meio e o público (Tavares 2009). De qualquer modo, como refere Tavares (2009), isto não significa que a perspectiva adoptada por Borrat seja inconsistente, tanto mais que a sua obra é apenas uma reflexão inicial em torno da teoria do jornalismo especializado.

Segundo Meneses Fernández (2007), a especialização visa a produção de textos jornalísticos que possuam determinadas características. Para tal, torna-se necessário trabalhar com métodos próprios que singularizem o produto jornalístico especializado. E é neste sentido que, no próximo ponto desta reflexão, explicitamos a metodologia jornalística utilizada pelos jornalistas especializados. Por outro lado, há que considerar igualmente os sectores das audiências e os meios de comunicação, aspectos aos quais Quesada Pérez (1998) junta os conteúdos temáticos, de modo a formar aquela que entende ser a estrutura da especialização jornalística: temas, audiências e meios. A autora refere que esta estrutura tripla, mais do que tornar complexos os elementos constitutivos desta área do jornalismo, dá conta da inter-relação essencial existente entre eles para o «*funcionamento*» da especialização no jornalismo. De facto, como verificaremos aquando da análise das realidades informativas da RTP e da SIC, o meio, por exemplo, é um aspecto que condiciona a difusão das mensagens e que, por isso, tem de ser atendido no âmbito do processo de especialização jornalística. Não há dúvida de que estes elementos (método, meios e audiências) assumem grande relevância no todo do processo comunicativo especializado.

De qualquer modo, e tendo sempre presente os elementos mencionados acima, sublinhamos, em conformidade com as posições de Fontcuberta (2002, 2006) e de Meneses Fernández (2007), que a especialização jornalística tem como eixo fundamental os conteúdos temáticos. De acordo com Tavares (2009), a «*necessidade básica*» da especialização é intermediar tematicamente saberes especializados de uma forma acessível ao público, transmitindo-os e explicando-os. Para que o jornalista especializado consiga traduzir com acuidade uma dada matéria, ele deve, antes de mais, conhecer de forma consistente essa matéria e os contornos da mesma. Esteja a falar para jovens ou adultos, esteja a trabalhar com informação regional, local ou internacional, o jornalista especializado tem primeiramente de possuir um vasto leque de conhecimentos e informações sobre o assunto que está a abordar. Não se estranha, pois, que os investigadores espanhóis que tratam a questão da especialização jornalística tenham sugerido em 2004 a expressão *Comunicação jornalística de conteúdos especializados* para designar este ramo do jornalismo. Como conclui Meneses Fernández (2007), o tratamento especializado da informação requer sempre o domínio do tema.

5.2. Informação especializada

5.2.1. As áreas temáticas

Os principais diários portugueses denotavam, no início da década de 50, uma grande fragilidade, tanto ao nível da organização das redacções, como do ponto de vista da apresentação das páginas.

As rotinas produtivas levaram à formação, nas redacções, de «zonas de trabalho», que abrangiam as então grandes temáticas da actualidade jornalística (a «política», o «estrangeiro», a «província», o «geral», o «desporto» e a «agenda», também chamada «secretaria» ou «expediente») mas que, ainda assim, eram muito informais. Somente a Agenda, o Desporto e o Estrangeiro, por força das suas especificidades funcionais, possuíam alguma autonomia e uma equipa de jornalistas relativamente fixa (embora em alguns casos a equipa fosse constituída por apenas um elemento). A estrutura interna das redacções revelava-se, portanto, rudimentar e os jornalistas tinham de trabalhar sob um regime de polivalência e instabilidade funcional, o que se traduzia nefastamente na qualidade do seu trabalho (Baptista; Correia 2007).

A partir de meados da década de 50, surgem algumas alterações que se reflectem inicialmente no aumento de páginas temáticas e até na criação de suplementos. Já nos anos 60, assiste-se, em alguns jornais, a uma progressiva segmentação da redacção por secções, compostas por um conjunto organizado de jornalistas (podiam ser apenas dois ou três) que estavam incumbidos de cobrir certos temas (Política, Cidade, Província) e que, em princípio, não se ocupavam de outros assuntos. Porém, e apesar da maior estruturação das redacções, os jornalistas, em termos gerais, (com excepção daqueles que se dedicavam sobretudo à Política, ao Desporto, ao Estrangeiro e, nalguns jornais, aos assuntos culturais e «casos de polícia») continuavam a ser os «técnicos de ideias gerais» que, num dia, entrevistavam uma cantora de sucesso e, no outro, acompanhavam uma rusga policial a um bairro problemático (*idem, ibidem*).

Entretanto, a gradual introdução da especialização no jornalismo fez emergir novos âmbitos temáticos, que tiveram implicações no modo de tratamento da informação jornalística e que acabaram por originar remodelações consideráveis, do ponto de vista laboral e profissional, no interior das redacções dos média, sobretudo os ocidentais (países europeus e Estados Unidos). Estas mudanças afectaram de tal maneira

o trabalho diário dos profissionais da comunicação social que hoje já se institucionalizou falar em jornalistas políticos, económicos, desportivos ou científicos, por exemplo, e não apenas em *jornalistas* (Quesada Pérez 1998).

As transformações mais profundas aconteceram ao nível das práticas profissionais, que se destinam a produzir a informação referente à actualidade. A este nível, Quesada Pérez (1998) destaca como facto mais relevante o surgimento das áreas de especialização, que aparecem, em algumas redacções, sob a forma de macroestruturas organizativas. A autora diz que estas áreas tendem a substituir as antigas secções, as quais agrupavam a informação diária em torno de campos temáticos muitas vezes mal definidos ou que colidiam permanentemente, interferindo uns nos outros.

Importa, contudo, ter presente que é complicado classificar linearmente as demais áreas de especialização em torno das quais se organiza o trabalho jornalístico. Isto por causa da dificuldade em fixar critérios objectivos que possam ser aplicados de maneira útil e uniforme por todas as empresas jornalísticas¹⁵. O que se verifica é que cada meio de comunicação tem instituído a sua estrutura organizativa, no sentido de corresponder às necessidades próprias, ao seu conceito particular de especialização e, acima de tudo, às suas exigências empresariais (Quesada Pérez 1998).

Seja como for, há aproximações que se podem fazer à questão em análise, para tentar perceber a estruturação das redacções dos média que adoptam o modelo da especialização. Orive e Fagoaga (1974), citados por Quesada Pérez (1998), estabeleceram uma classificação inicial, aplicável às publicações de informação generalista, em que dividem as áreas de especialização por três grandes grupos: *a área política*, que, incidindo sobre os conteúdos directa ou indirectamente ligados à vida política dos países e das suas instituições, englobaria as secções de política internacional, política nacional (onde se integrariam as antigas subsecções de economia, educação, religião, sociedade, tribunais), política regional e local; *a área humana*, dedicada aos assuntos pessoais que envolvem a intimidade, abrangeria as entrevistas de personalidade, as reportagens de interesse humano e as reportagens sobre temas ligados

¹⁵ A única diferença evidente é naturalmente a que separa os meios de comunicação generalistas, que têm nas suas redacções compartimentos dedicados à produção de informação especializada em diferentes domínios, dos meios de comunicação especializados, que cobrem em exclusivo um único campo temático.

à medicina e às ciências da conduta; por fim, a *área recreativa*, vocacionada para a informação acerca dos tempos livres das pessoas, reuniria as secções dos desportos, da arte, do teatro, do cinema, da música, dos passatempos, entre outras afins.

As áreas apontadas por Orive e Fagoaga mantêm, todavia, as antigas secções, muito permeáveis em termos da sua delimitação, reflectindo a clássica disposição estrutural das redacções. Acontece que, nos últimos anos, os média ocidentais, de um modo geral, têm procedido a uma reformulação das velhas secções e proporcionado uma maior inter-relação entre elas a partir do conceito de área, a fim de conferir mais profundidade à informação de actualidade, veiculando-a com base em pontos de vista muito mais especializados (Quesada Pérez 1998).

Neste contexto, e no caso concreto da imprensa escrita, consolidou-se a figura do *redactor-chefe* (aquele que se designa hoje por editor), incumbido agora de coordenar os diversos assuntos que se agregam em redor de cada área de especialização. Aliás, no organigrama dos jornais de abrangência nacional, já se vê com frequência sete ou oito jornalistas a desempenhar este papel. Significa isto que as redacções desses jornais chegam a ter sete ou oito áreas de especialização diferentes (*idem, ibidem*).

Tendo sempre em consideração que cada meio configura a sua redacção em virtude das suas características, Quesada Pérez (1998) esboça um modelo descritivo das áreas de especialização, com o propósito de fornecer uma ideia aproximada em relação ao funcionamento interno de um órgão de comunicação social. A autora propõe quatro áreas – a Política, a Economia, a Cultura e a Sociedade.

Na Política, cabem naturalmente as informações que conformam a actualidade política nacional, assim como as temáticas acerca das actuações do governo nas suas relações com outros países. A Economia fica encarregada de tratar toda a informação económica, com especial incidência sobre a informação bancária, bolsista, laboral e empresarial, enquanto a Cultura comporta temas ligados à literatura, pintura, música, teatro, cinema, artes plásticas e igualmente toda a informação lúdica, designadamente a que concerne às viagens, gastronomia, caça e pesca, motores, moda. Já a Sociedade, a área menos estruturada, contempla as temáticas da educação, do meio ambiente, da ciência, dos tribunais, do desporto, da medicina, da religião, da vida colectiva, entre outras. Apesar de Quesada Pérez (1998) integrar na área da Sociedade a informação relativa ao *desporto* e aos *tribunais*, estes domínios já constituem, como indica Potter

(2008), campos (*beats*¹⁶) temáticos consolidados e jornalisticamente autónomos, onde trabalham profissionais da informação especializados.

Pese embora as diferenças de entendimento em relação à delimitação destes dois últimos domínios, fica claro que a classificação apresentada por Quesada Pérez confere ao trabalho jornalístico uma maior racionalidade do que a classificação elaborada por Orive e Fagoaga. Cada uma das grandes áreas definidas inicialmente por Orive e Fagoaga (*área política, área humana e área recreativa*) engloba, indiscriminadamente, matérias informativas que, na classificação de Quesada Pérez, se distribuem, de forma mais organizada, pelas áreas da Política, Economia, Cultura e Sociedade. A *área política* condensa sob a mesma designação temas que se repartem pelas áreas da Política, Economia e Sociedade. A *área humana* junta essencialmente a informação de interesse humano que está reunida na área da Sociedade. E a *área recreativa* agrupa, só ela, vários assuntos que se dividem, de modo mais nítido, pelas áreas da Cultura e da Sociedade.

A reestruturação das redacções sugerida pela classificação de Quesada Pérez (1998) é originada pelo grau de especialização que marca os actuais média de informação geral. Tal como nota a autora, os temas que há duas décadas atrás eram abordados superficialmente (de passagem) merecem, nos dias que correm, uma cobertura exaustiva. Desta forma, dá-se resposta aos interesses das audiências, que já não se satisfazem apenas com as notícias do dia¹⁷, exigindo uma maior profundidade de conteúdos e uma explicação mais detalhada dos acontecimentos (*idem, ibidem*).

Vincamos, uma vez mais, que o estabelecimento das áreas de especialização à volta das quais se estrutura o trabalho jornalístico nas redacções depende dos critérios singulares de cada meio de comunicação. Quesada Pérez (1998) evidencia precisamente que o critério particular de cada empresa jornalística prevalece sobre qualquer academicismo formal. A delimitação destas áreas, no plano teórico, serve para dar pistas

¹⁶ O termo *beat* é originalmente utilizado para designar um caminho destinado especificamente à passagem de um soldado ou de um polícia. Nos Estados Unidos da América, a linguagem jornalística incorporou este termo para denominar uma área temática específica e delimitada, na qual um jornalista se especializa.

¹⁷ Face às mudanças introduzidas pela especialização no panorama jornalístico, Quesada Pérez (1998) refere que a mera difusão das notícias diárias passou a ser uma tarefa quase exclusiva dos meios audiovisuais. Isto não invalida que o processo de comunicação especializada não se verifique na rádio ou na televisão. Como perceberemos mais à frente, quando analisarmos a organização redaccional da RTP e da SIC, a especialização também ocorre em televisão, embora necessariamente com diferenças relativamente à forma como se institui na imprensa escrita.

sobre o funcionamento interno de um jornal, rádio ou televisão, mas pode não ter uma correspondência exacta e inalterável na prática.

As áreas podem ser diversas, desde as mais tradicionais até àquelas que variam de acordo com o território – Local, Nacional, Internacional (Potter 2008; Tuchman¹⁸ 1978). Muitas vezes, as condições físicas das próprias redacções afiguram-se um factor determinante. Potter (2008) assinala que as editoriais são raras nas redacções mais pequenas, onde cada repórter tem de cobrir todo o tipo de *estórias*, situação oposta à das organizações jornalísticas de maior envergadura (seja no meio escrito ou audiovisual), em que os jornalistas podem ter a oportunidade de se concentrar num segmento da produção informativa.

Efectivamente, cada meio de comunicação possui as suas peculiaridades a vários níveis e é, em razão delas, que determina a configuração basilar da respectiva redacção. Quesada Pérez (1998) afirma que um jornal, por exemplo, para além de ter a sua dinâmica profissional e laboral, segue a sua própria política informativa que pode envolver questões como a tradição editorial, as afinidades ideológicas e a percepção sobre o perfil objectivo do seu público. Para a autora, estes aspectos explicam o facto de diferentes jornais integrarem uma mesma informação de actualidade em áreas diversas.

Apesar das especificidades de cada meio tornarem volúveis as áreas de especialização, fazendo-as alternar de redacção para redacção, não há dúvida de que a tendência actual, no âmbito do processo de comunicação especializada, aponta para a ampliação constante dos campos temáticos. Esta nova realidade inscreve-se na tentativa de satisfazer os múltiplos interesses das audiências actuais. Actualmente, há algumas áreas que já se começam a autonomizar e a receber um tratamento jornalístico especializado.

Uma delas é o meio ambiente, tema outrora debaixo de uma aura ideológica e resguardado na agenda dos movimentos ecologistas, mas que, nos tempos actuais, interessa a variados quadrantes sociais. Os problemas ambientais têm ameaçado

¹⁸ Para a socióloga norte-americana, o circuito mediático incorpora três entendimentos sobre os interesses dos leitores: eles estão interessados em ocorrências de localidades específicas (*territorialidade geográfica*, ou seja, os média dividem a realidade em áreas de responsabilidade territorial); eles estão preocupados com as actividades de determinadas organizações (*especialização organizacional*, em que se estabelecem áreas próprias destinadas à cobertura dos acontecimentos ocorridos em várias instituições, como sejam a polícia, o governo, as câmaras municipais, as Nações Unidas); eles procuram conhecer assuntos específicos (*especialização por tópicos*, baseada na constituição de departamentos temáticos independentes (finanças, desporto, família/estilo, mulheres, cultura, educação).

seriamente o planeta e transformaram-se numa preocupação generalizada da população mundial, daí que os média pensem em trabalhar de forma individualizada este assunto.

A informática perfila-se também como um ramo de especialização jornalística em crescimento, na sequência do enraizamento das novas tecnologias nas rotinas dos indivíduos. O público interessado neste domínio temático distribui-se por três níveis bem identificados – os que têm na informática um *hobby*; o consumidor geral que inicia a informatização na sua área profissional e, finalmente, o consumidor de alta tecnologia, que desempenha normalmente altas funções nas médias e grandes empresas. Mas a informática não agrada apenas a estes grupos de pessoas que se interessam especificamente por ela. Na realidade, os meios informáticos são uma ferramenta usada recorrentemente por grande parte dos cidadãos, mostrando-se um dos maiores pólos de interesse das audiências modernas, pelo que os média têm dado crescente destaque às matérias ligadas à informática e às tecnologias digitais (Quesada Pérez 1998).

De entre todos os ramos temáticos emergentes, a ciência assume-se como o mais preponderante. Na informação científica, sobressai a medicina, que tem um enorme impacto na vida de todos. A partir da década de 80, aumentaram substancialmente as preocupações com a saúde, devido ao aparecimento do vírus da SIDA e, mais tarde, aos estudos sobre o ADN humano, uma descoberta científica que criou muitas expectativas para o futuro. No quadro do processo de investigação tendente a controlar e combater as doenças mortais, a comunidade científica tem interesse em manter as audiências informadas, algo que se consegue, de forma rigorosa, graças ao trabalho de mediação feito por jornalistas versados nestes sectores do conhecimento (*idem, ibidem*).

O meio ambiente, a informática e a ciência constituem três exemplos dos vários âmbitos temáticos¹⁹ que se encontram em expansão. Muitos deles são integrados na área da Sociedade, cujas fronteiras não estão totalmente sedimentadas. A propósito, Quesada Pérez (1998) lembra que a área da Sociedade já foi associada a uma gaveta de alfaiate, na qual são colocados todos os temas rejeitados por outros campos. A autora reconhece que esta área é passível de sofrer alterações num futuro imediato, podendo resultar dela temáticas que venham a afirmar-se enquanto áreas de especialização independentes.

¹⁹ Segundo Quesada Pérez (1998), o consumo (informação sobre os consumidores, os seus direitos, os problemas que têm) e a dietética (informação que relaciona a dietética com a nutrição e o estado geral de saúde da população) são outros âmbitos temáticos que têm gerado grande interesse e que, em alguns média, já vão suscitando um tratamento informativo específico.

Neste seguimento, Álvarez Pousa (2004) avulta a necessidade de flexibilizar a classificação das áreas de especialização, uma vez que a complexidade em que se manifesta o mundo contemporâneo está sujeita a uma multiplicidade de *jogos* - a nível político, económico, científico, informático, ambiental, cultural, social, entre outros - e a sua essência reside exactamente nessa mutabilidade sistemática.

Já ressaltámos que a definição da organização interna das redacções não é universal, antes obedece a uma panóplia de factores que têm a ver com as particularidades de cada meio de comunicação. Mesmo assim, é inquestionável, hoje em dia, a abundância de temas que se ramificam e vão crescendo como campos especializados de informação. Isto acontece, entre outros motivos, por causa da relevância que muitos destes assuntos passaram a ter para os públicos, os quais procuram compreender o ambiente em seu redor, através dessa informação especializada.

Para que possa aprofundar os temas e oferecê-los às audiências em notícias ou reportagens completas e rigorosas, o jornalista especializado, para além do conhecimento apurado sobre a temática em questão, necessita de fazer uso de métodos profissionais próprios. Só assim conseguirá demarcar-se do jornalista generalista e fabricar um produto jornalístico distinto.

5.2.2. Jornalistas generalistas vs Jornalistas especializados

É já antiga, e também intensa, a discussão acerca do perfil ideal do jornalista para o desempenho da actividade. Procura-se perceber quais os conhecimentos, as características, os atributos que o profissional da comunicação social deve possuir para responder satisfatoriamente às necessidades informativas das audiências e para ajudar ao progresso da sociedade.

Gans (2004) diz que os repórteres se dividem normalmente em duas categorias – os jornalistas generalistas (*general reporters*), que, cobrindo todos os assuntos, estão presentes nas mais variadas áreas informativas; e os jornalistas especializados (*beat reporters*²⁰), responsáveis pelo tratamento específico de informação referente a um

²⁰ No contexto jornalístico norte-americano, Gans (2004) distingue entre dois tipos de repórteres especializados: os *agency beat reporters*, jornalistas que estão incumbidos de fazer a cobertura da

determinado campo temático. Os repórteres generalistas e os repórteres especializados utilizam diferentes níveis de conhecimento no contacto com as fontes e estabelecem com elas relações diferentes, das quais emanam necessariamente tipos de informação diferentes (*idem, ibidem*).

Exceptuando os casos em que preparam antecipadamente as *estórias* que sugeriram ou as situações em que são enquadrados tematicamente pelos editores ou por alguém familiarizado com o assunto em causa, os jornalistas generalistas fazem o seu trabalho sem um conhecimento prévio consistente sobre os temas/acontecimentos para os quais são destacados. Eles não conhecem em profundidade as fontes junto das quais recolhem informação, nem passam muito tempo com elas. Consoante assevera Gans (2004), os repórteres generalistas assemelham-se, em vários aspectos, a turistas, ainda que na sua própria cultura – eles procuram aquilo que é memorável e tentam perceber o que pode derrubar os conceitos que têm como certos. Enquanto *visitantes* passageiros e impreparados, eles costumam observar apenas o que é mais impactante, as vicissitudes dramáticas, e não o processo de rotina social. Na realidade, até é isto que eles têm de fazer numa primeira instância. Mas o certo é que, mesmo perante um assunto pouco específico, estes repórteres estão mais susceptíveis a quaisquer desvios inesperados relativamente àquilo que eles sabem ou aos valores que têm como válidos, podendo sentir dificuldades caso tenham de lidar com um comportamento mais anormal ou involuntariamente dramático. No fundo, eles vêem uma espécie de resumo dos acontecimentos (*highlights*), confinando-se aos momentos que julgam ser os mais importantes, de entre todos os que presenciam (*idem, ibidem*).

Os jornalistas generalistas concentram-se sobretudo nas idiossincrasias comportamentais dos actores sociais, correndo o risco de não conseguir detectar estratégias usadas veladamente pelos protagonistas das notícias. Gans (2004) exemplifica esta ideia: quando estão a acompanhar um discurso político, os repórteres generalistas vêem o orador a apelar para a emoção, mas podem não reconhecer as agendas escondidas por detrás desse discurso mais emocional, ou as expressões que contenham duplos sentidos, uma vez que não seguem em permanência as acções desse político, e, portanto, não conhecem o seu estilo ou os seus truques.

informação concernente à Casa Branca, ao Capitol Hill e às agências federais, e que trabalham nestas instituições; e os *substantive beat reporters*, que correspondem aos jornalistas especializados nos conteúdos informativos relacionados com uma dada área temática, como a educação ou a ciência.

Ao invés, os jornalistas especializados têm de estar munidos de um conhecimento rigoroso em torno dos assuntos sobre os quais se vão deter especificamente. Nesta linha de raciocínio, Potter (2008) sublinha que a responsabilidade fundamental destes repórteres passa por estar a par de todas as notícias que pontuam a sua área de especialização. Eles devem cobrir as *estórias* ocorridas (eventos de rotina) no âmbito temático em que trabalham, cabendo-lhes igualmente fazer diligências no sentido de encontrar notícias que vão para além do óbvio, da superficialidade. Estes jornalistas produzem *estórias* por iniciativa própria e, para isso, constroem relações estreitas com as fontes, as quais vão mantê-los actualizados sobre o que se passa no campo temático em que eles se movimentam, quer publicamente, quer nos meandros desse universo (*idem, ibidem*).

O domínio do âmbito de especialização (seja qual for) perfila-se como um requisito básico para os jornalistas especializados. Dos principais actores e instituições, passando pelas regras e modo de funcionamento, até às fontes melhor colocadas para dar as informações necessárias, estes profissionais devem conhecer tudo o que diga respeito ao seu campo temático e, para isso, devem explorá-lo – fazer um estudo pormenorizado das matérias, lendo tudo o que é possível sobre elas; coleccionar horários e programas detalhados dos eventos e subscrever publicações especializadas no tema em questão. Para além disto, é absolutamente fulcral andar no terreno. Segundo Potter (2008), o jornalista especializado não pode depender unicamente do telefone. Ele tem de aparecer na sua área de acção para conversar com as fontes que já tem, fidelizando-as, mas também para ganhar outras. Mike Mather²¹, jornalista de investigação de uma estação televisiva norte-americana da Virgínia, diz que jamais alguém conseguiu uma *estória* estando fechado na redacção. É, pois, aconselhável procurar conhecer todos os agentes sociais que possam ser úteis, mantendo com eles um contacto regular e duradouro. Potter (2008) acrescenta que o repórter especializado não esgota o seu trabalho na cobertura das figuras centrais que povoam a sua esfera temática. Ele apresenta uma visão mais alargada e olha também para a maneira como o comportamento dessas figuras influencia a comunidade.

Como vemos, os jornalistas especializados separam-se dos jornalistas generalistas no que toca aos procedimentos e práticas profissionais. A instituição da

²¹ Citado por Potter (2008).

especialização na actividade jornalística introduziu uma forma própria de trabalhar, fundada num tratamento específico do tecido informativo. Acompanhando Quesada Pérez (1998), podemos, então, falar de uma metodologia jornalística especializada, fixada pelo modo de actuação dos meios de comunicação, transversal aos jornalistas especializados e às especialidades jornalísticas, e graças à qual é possível elaborar peças jornalísticas diferenciadas.

Apesar de estes métodos utilizados pelo repórter especializado estarem num processo de definição, pode dizer-se que eles se assemelham, de algum modo, às técnicas centenárias adoptadas pelo jornalismo de investigação (Berganza Conde 2005). As analogias entre os jornalistas especializados e os jornalistas de investigação situam-se ao nível das rotinas de trabalho e centram-se em três princípios: primeiramente, um jornalista de investigação privilegia a fiabilidade de uma ampla documentação escrita, em detrimento das declarações públicas, caracterizadas pela sua inconstância; em segundo lugar, ele tem a preocupação de contrastar todos os seus dados, mesmo os mais pacíficos, com fontes independentes e totalmente credíveis, as quais lhe prestam o auxílio técnico; por último, é tarefa obrigatória de qualquer jornalista de investigação o desenvolvimento de um aturado trabalho de explicação e divulgação dos conceitos complexos, por vezes desconhecidos das audiências ou nem sempre entendidos pelas mesmas, tendo em vista a produção de uma informação dotada de elevados índices de profundidade (Quesada Pérez 1998). Estes pressupostos metodológicos são partilhados pelos jornalistas especializados, que os podem aplicar em maior ou menor grau.

Ainda assim, importa não confundir os repórteres especializados com os repórteres de investigação. A metodologia profissional destes dois tipos de repórteres coincide nas várias fases do processo de produção informativa, mas eles divergem do ponto de vista teleológico, isto é, nas finalidades que os seus trabalhos perseguem – enquanto os jornalistas de investigação visam denunciar as pessoas, instituições ou situações que ponham em risco os interesses colectivos dos cidadãos, os jornalistas especializados, embora possam ser levados a este fim pela sua metodologia, não têm, por definição, qualquer objectivo que passe pela denúncia, antes desejam promover o aprofundamento dos factos noticiosos que configuram a actualidade informativa (Berganza Conde 2005, Quesada Pérez 1998).

A metodologia jornalística especializada, inspirada no modelo metodológico caracterizador do jornalismo de investigação, transcende o tratamento da informação de actualidade generalista e usa o discurso jornalístico para perceber as causas efectivas dos acontecimentos, bem como os efeitos decorrentes dos mesmos. Pretende-se informar com exactidão sobre o que realmente sucede no ambiente social e sobre o que isso implica para os cidadãos, remetendo-se para um plano secundário a versão das fontes oficiais, caso as circunstâncias o justifiquem. Conforme reitera Quesada Pérez (2004), aos jornalistas especializados é atribuída a função de explicar o significado profundo do que verdadeiramente acontece e daquilo que as audiências devem conhecer actualmente na sociedade da informação.

Trata-se de produzir os conteúdos noticiosos de modo desenvolvido, sem ambiguidades ou imprecisões, o que exige aos repórteres especializados a contextualização das matérias informativas a partir da consulta do maior número possível de fontes especializadas e a documentação de todos os dados através da utilização de informação recolhida em arquivos. Estes métodos profissionais, ao possibilitarem o aprofundamento documental dos factos da actualidade e a contextualização dos acontecimentos com o devido rigor, especializam os conteúdos (Quesada Pérez 1998).

O repórter especializado distingue-se, então, do seu homólogo generalista por elaborar um produto jornalístico que não se limita à narração estrita dos assuntos, mas que trabalha esses assuntos de modo a fornecer uma explicação completa acerca dos mesmos. Para identificar e sistematizar as diferenças metodológicas entre estes dois géneros de jornalistas, é de toda a utilidade cotejar as técnicas e aspectos que definem os seus procedimentos profissionais. Quesada Pérez (1998, 2004) aparta os jornalistas generalistas dos jornalistas especializados de acordo com cinco critérios, a saber, a formação académico-profissional, a atitude profissional face à informação, a relação com as fontes, a metodologia profissional e os objectivos de trabalho.

No que se refere à formação, o repórter generalista contempla normalmente uma licenciatura no ramo do Jornalismo e/ou das Ciências da Informação/Comunicação²², a qual lhe outorga uma competência genérica enquanto comunicador. Neste sentido, ele

²² Na realidade profissional portuguesa, as excepções residem nos jornalistas, sobretudo os mais antigos, que entraram para as redacções sem qualquer curso superior ou que ingressaram na actividade dotados de uma formação universitária num ramo não relacionado directamente com o jornalismo.

está habilitado a difundir toda a informação de actualidade, seja qual for a área temática ou o meio de comunicação (Quesada Pérez 1998). O seu dia de trabalho termina habitualmente quando ele conclui a sua tarefa de cobertura da notícia ou notícias que lhe foram confiadas pelos profissionais com responsabilidades editoriais. Por seu turno, o repórter especializado costuma juntar à sua licenciatura no ramo do Jornalismo ou Ciências da Comunicação/Informação outros estudos ou conhecimentos ligados ao seu campo temático. Segundo Quesada Pérez (1998), estes estudos são sempre complementares e assumem enorme importância, pois é, graças a eles, que o jornalista atinge o nível de especialização que lhe permitirá converter-se num especialista de uma dada parcela informativa.

A formação dos repórteres é uma questão que continua a gerar opiniões antagónicas. Numa sociedade em permanente mudança e em que os média desempenham um papel social decisivo na promoção da democracia, há quem defenda a necessidade de uma formação contínua dos jornalistas. Perante a fragmentação do conhecimento, insiste-se na ideia de que os profissionais da comunicação social devem ir resgatando ensinamentos nas várias áreas do saber. Ratzke (1986), citado por Berganza Conde (2005), já apologizava que a qualificação de um jornalista dependeria, antes de mais, da sua formação, a qual teria de ser sólida, ampla e especializada. No entanto, referenciando um estudo de Buchanan e outros (1993), Berganza Conde (2005) realça que, ao contrário do que acontecia com outros profissionais, como farmacêuticos, advogados ou médicos, os jornalistas não procuravam alargar a sua base de conhecimentos, mostrando-se pouco preocupados em reforçar a sua formação.

Especificando o caso espanhol, Berganza Conde (2005) assinala que as redacções dos média são maioritariamente compostas por licenciados no ramo do jornalismo. Porém, tal como indicam Canel, Rodríguez e Sánchez Aranda (2000), citados por Berganza Conde (2005), alguns directores de órgãos de comunicação social consideram vantajoso que haja jornalistas com outras licenciaturas, pois isso só enriquece a informação. Canel, Rodríguez e Sánchez Aranda (2000) argumentam que um jornalista, por mais formação que tenha, nunca saberá tanto de medicina como um médico. Ora, se o médico lhe ensinar os conceitos complicados e o ajudar a traduzir a terminologia complexa da sua profissão numa linguagem compreensível para todos, ter-se-á dado um contributo para dar rigor e precisão aos produtos jornalísticos. Estes autores referem, assim, que os directores dos média não olham para o jornalismo como

uma profissão endogâmica, exclusiva daqueles que têm o diploma na área das Ciências da Informação/Comunicação.

Canel, Rodríguez e Sánchez Aranda (2000) expõem a perspectiva advogada por José Antonio Zarzalejos, ex-director do jornal *ABC*, acerca da formação dos jornalistas. Para este profissional, quando as empresas jornalísticas contratam jovens licenciados, procuram os generalistas (pessoas com formação humanística, domínio de idiomas e conhecimento dos assuntos informáticos), a quem não faria sentido exigir competências especializadas. Mas na altura das contratações em faixas etárias mais avançadas (por volta dos 35 anos), o perfil desejado, afirma Zarzalejos, é o do especialista, que detém um conhecimento sólido em determinados sectores, nomeadamente o económico, o cultural e o jurídico.

Relativamente à formação do repórter especializado, em particular, Berganza Conde (2005) fala em duas vias – a licenciatura na área do jornalismo, seguida de uma formação complementar, ou então estudos de segundo ciclo em jornalismo após a licenciatura num outro ramo. Os estudiosos da especialização jornalística dividem-se por estas duas opções. Berganza Conde (2005) entende que ambas têm validade, mas elege a primeira como mais apropriada, entre outras razões, porque o aluno que fez um segundo ciclo em jornalismo e um primeiro ciclo noutra área terá provavelmente assimilado as categorias de pensamento e os esquemas absorvidos na primeira formação. Esta circunstância pode eventualmente prejudicar o trabalho de mediação jornalística que ele terá de realizar. Neste aspecto, o aluno que fez o primeiro ciclo em jornalismo não sentiria dificuldades, uma vez que já estaria perfeitamente identificado com o papel jornalístico. Além disso, a autora questiona até que ponto os alunos do segundo ciclo em jornalismo teriam a mesma vocação daqueles que decidiram recolher competências jornalísticas logo no primeiro ciclo.

Qualquer que seja o itinerário percorrido pelo jornalista especializado, Berganza Conde (2005) salienta a necessidade de ele se apetrechar com uma formação dupla, quer na área do jornalismo, tendo em vista o cumprimento da sua função mediadora e o exercício adequado da sua especialidade num contexto de comunicação massiva, quer num dado ramo científico, para que ele possa avaliar, compreender, explicar e contextualizar os factos que poderiam escapar ao profissional mais impreparado, e ainda

lidar com as fontes que veiculam a informação de forma cada vez mais complexa. Assim sendo, o jornalista especializado coloca-se em vantagem diante do generalista.

Noutro âmbito, Berganza Conde (2005) fala da especialização através da experiência profissional. Um jornalista que trabalhe durante algum tempo num sector concreto da informação alcança um determinado grau de especialização, o qual vai aumentando naturalmente à medida que aumenta também a sua veteranice nesse sector, daí que se deva referir a existência de níveis de especialização. No entanto, tendo em conta a crescente complexidade da realidade e o vertiginoso desenvolvimento do conhecimento, a experiência vai-se tornando cada vez mais insuficiente para munir o jornalista de valências concretas numa área informativa específica. Berganza Conde (2005) realça, pois, que cada vez menos a especialização pode, por si só, substituir a tal formação contínua e complementar.

Meneses Fernández (2007) recusa a ideia da formação complementar e defende que os jornalistas especializados devem receber uma formação única, que conjugue a vertente comunicacional/jornalística com matérias de outras disciplinas. Na óptica da autora, o caminho a seguir passa por incorporar no plano de estudos da licenciatura em jornalismo conteúdos formativos de campos do saber e também actividades com interesse jornalístico. Desta forma, atribui-se ao jornalista uma formação generalista, ao mesmo tempo que ele se familiariza com as áreas temáticas da sua preferência. As universidades deverão ter em atenção os assuntos hegemónicos, emergentes e fugazes da sociedade, as contingências da prática profissional e as disciplinas jornalísticas fundamentais que permitem compreender a sociedade actual. Para ilustrar a perspectiva que apresenta, Meneses Fernández (2007) cita Gallego (2003): *«Não é viável a proposta de que [o jornalista] deve fazer outra licenciatura específica relacionada com o tema da sua especialidade, por razões óbvias: não se pode pretender que uma jovem estudante passe dez ou quinze anos a estudar para poder transformar-se numa jornalista especializada»*. De acordo com Meneses Fernández (2007), as faculdades de Comunicação (no caso de Espanha) têm soluções formativas que demonstram a possibilidade de seleccionar conteúdos de áreas como a História, a Sociologia, a Política, a Economia, a Ciência e as Artes, e de colocá-los no plano de estudos dos jornalistas. O que importa fazer é estabelecer os conteúdos a oferecer aos jornalistas generalistas e os conteúdos que serão ministrados aos jornalistas especializados.

Escalpelizado o tópico relativo à formação do repórter generalista e do repórter especializado, olhamos para a atitude informativa assumida por ambos. Se o jornalista generalista pauta grande parte do seu trabalho pela rapidez informativa e tenta ser o primeiro a noticiar os acontecimentos da actualidade, sendo, por isso, conhecido como o «*jornalista difusor*» (Berganza Conde 2005), o jornalista especializado preocupa-se essencialmente com o rigor do material noticioso, de tal forma que tem por hábito atrasar a difusão de uma informação quando esta não pôde ser devidamente verificada. Neste enfoque, os repórteres generalistas interessam-se mais pelas informações exclusivas (*scoops*), conseguindo-as em várias ocasiões, ao passo que os repórteres especializados se empenham em veicular «*uma informação em profundidade, contrastada, comentada, interpretada e correctamente contextualizada*» (Quesada Pérez 1998:41).

Limitando-se a estar atentos aos factos que justifiquem tratamento informativo, os jornalistas generalistas revelam uma atitude eminentemente receptiva. Já os especializados, ao privilegiarem o rigor e a informação em profundidade, assumem uma postura de exigência perante as fontes de informação e fazem uma selecção meticulosa dos conteúdos que estas pretendem transmitir por meio dos média. Mais do que verificar os acontecimentos, os repórteres especializados pretendem desenvolvê-los, perceber como e por que motivo ocorreram e relatar às audiências as consequências dos mesmos. Destacam igualmente o que não aconteceu e o significado que isso comporta (Quesada Pérez 1998, 2004). Através desta visão profunda e transversal das ocorrências noticiosas, os jornalistas especializados aproximam-se parcialmente do jornalista *intérprete* (Weaver e Wilhoit, citados por Berganza Conde 2005) e do jornalista *analista*, caracterizado por Canel, Rodríguez e Sánchez Aranda (2000). À semelhança destes dois tipos de jornalistas, o repórter especializado não se contenta com a descrição dos factos. Ele sabe que as suas audiências esperam algo mais das notícias ou reportagens que efectua.

Estas diferentes atitudes diante da informação redundam necessariamente em diferentes relações com as fontes. Conforme menciona Quesada Pérez (1998), são normalmente os jornalistas generalistas quem vai ao encontro das fontes de informação no sentido de recrutar os dados necessários para a cobertura dos factos da actualidade. Inversamente, no quadro da comunicação especializada, as fontes é que, por hábito, se

dirigem aos jornalistas com o propósito de facultar os conteúdos das áreas temáticas em que eles actuam.

No contexto das relações entre os jornalistas generalistas e as fontes, não se vislumbra grande proximidade ou familiaridade. Os jornalistas vão tentando recolher o maior número possível de respostas junto delas, para que o seu trabalho possa ficar completo. No entanto, tal como já registámos, os repórteres generalistas são *estranhos* à maioria das fontes com as quais contactam, abordando-as com a curiosidade e o conhecimento do senso comum. Segundo Gans (2004) esta circunstância afecta aquilo que o repórter vê, as questões que lança aquando das entrevistas e, conseqüentemente, as *estórias* que vai produzir.

Em muitas ocasiões, a falta de conhecimento específico dos jornalistas generalistas sobre certos assuntos pode provocar alguns problemas no relacionamento com as fontes. Quando as vão entrevistar, eles levam algumas questões preparadas antecipadamente pelos seus superiores hierárquicos, mas o certo é que, no decurso da entrevista, são obrigados a efectuar questões no momento, por improvisado. Algumas são questões padronizadas, desenvolvidas pela classe jornalística para fontes específicas, outras decorrem do senso comum e do saber tradicional do jornalista. Deste modo, as perguntas colocadas traduzem os valores pessoais e profissionais dos repórteres. Nas entrevistas a especialistas, os repórteres generalistas lançam mão do conhecimento comum que possuem acerca da especialidade em discussão. Já quando entrevistam pessoas que defendem valores contrários aos seus, não estão tão preparados para perceber a visão do entrevistado, e, por isso, podem fazer questões passíveis de gerar conflitos entre as partes (Gans 2004).

Uma vez que não estão apetrechados com muita informação em torno dos acontecimentos noticiosos, os jornalistas generalistas arriscam-se a ver limitado o seu trabalho de recolha de dados no terreno, sendo que ficam mais vulneráveis às estratégias de manipulação levadas a cabo pelas fontes. Gans (2004) atesta que estes jornalistas, encontrando-se, por exemplo, num local que lhes é completamente novo, podem ser *conduzidos* pelas fontes de maneira a que observem apenas o que elas pretendem. Com efeito, hoje em dia, as fontes são cada vez mais qualificadas e estão cada vez mais organizadas. Os gabinetes de imprensa constituem o grupo mais influente de entre todas as fontes que têm um grande nível de organização. Neles, trabalham profissionais da

comunicação que são profusamente conhecedores das técnicas informativas e que, através delas, tentam assegurar a eficácia da mensagem a transmitir. O porta-voz, que pode estar inserido nos gabinetes de imprensa ou em instituições e organizações (públicas e privadas), perfila-se como outra importante fonte organizada, à qual cabe a divulgação dos dados e das posições oficiais e oficiosas.

Para os jornalistas generalistas, estas fontes organizadas podem representar fortes obstáculos do ponto de vista do apuramento da informação, pois, como nota Blanco Castilla (2004), elas emitem mensagens com uma intencionalidade clara, procurando fundamentalmente salvaguardar os interesses da organização social que defendem e potenciar a imagem desta. Estas fontes determinam claramente o que querem dizer, em que momento convém dizê-lo, a quem e para quem. Nesta perspectiva, codificam as suas mensagens e colocam-nas no circuito comunicativo de forma a produzir o efeito desejado.

O repórter generalista, não conhecendo muito bem os protagonistas nem as actividades que acompanha, tem obviamente de se socorrer da versão das fontes oficiais, tidas como credíveis e confiáveis. A verdade é que, nesse processo informativo, consoante nota Gans (2004), a fonte pode controlar o jornalista generalista, o qual, por ser polivalente, não detém o conhecimento específico necessário para fazer questões mais acutilantes, que escrutinem a informação filtrada pelas fontes e desmontem as estratégias comunicativas utilizadas por elas a fim de alcançar os respectivos intentos.

Pelo contrário, o repórter especializado possui uma sólida bagagem profissional e um domínio efectivo dos temas, logo está em condições de deslindar a informação e de a analisar exaustivamente. De acordo com Chimeno (1997), citado por Berganza Conde (2005), esta preparação e capacidade crítica permitem a este tipo de repórter defender-se melhor das fontes interessadas e dos promotores da informação, negociar com eles em condições mais favoráveis, seleccionar criteriosamente os conteúdos e evitar as intoxicações informativas. Com a especialização jornalística, é possível combater a tirania das fontes no momento de imposição de interesses e de agendas de conteúdos particulares, resguardando a informação dos propósitos corporativistas (*idem, ibidem*).

No plano das fontes, os jornalistas generalistas enfrentam ainda outro problema. Por força da transitoriedade do seu trabalho, eles não possuem uma grande variedade de

fontes, recorrendo sobretudo às oficiais e estabelecendo um contacto reduzido com aquelas que não lhes sejam familiares (Gans 2004). Por vezes, em reportagem, eles precisam de esclarecer o significado de um termo, de clarificar os aspectos ligados ao funcionamento de uma actividade ou de confirmar um dado estatístico. Ora, não tendo muitas fontes especializadas junto das quais possam tirar dúvidas, eles acabam por veicular as informações com base nas percepções que formam das coisas, o que os leva a cometer vários erros e imprecisões, de maior ou menor proporção. Como reconhece Gans (2004), os repórteres especializados também se enganam, mas os generalistas têm de trabalhar muito mais para que os dados sejam enunciados com rigor, e, na maioria das vezes, não têm tempo para isso. Neste quadro, o autor diz que os jornalistas generalistas podem avançar com dados ou informações que não correspondem integralmente à realidade e, assim, criar falsas ideias e expectativas junto dos seus destinatários.

Diferentemente, o repórter especializado tem um vasto leque de fontes e mantém com elas uma relação privilegiada. De resto, como já referimos, são as próprias fontes que o contactam, encarando-o como um «*veículo útil*» e um «*interlocutor válido*» que está em condições de difundir adequadamente a informação aos cidadãos (Quesada Pérez 1998:42). Nesta relação, o jornalista especializado está numa excelente posição para compreender as explicações complexas transmitidas pelas fontes, em virtude da formação específica que possui no âmbito temático em causa e também da formação genérica que tem enquanto profissional da informação (*idem, ibidem*).

Em consequência desta situação, intensificou-se o diálogo entre fontes e jornalistas ao nível da prática profissional. Anteriormente, as fontes especializadas recusavam prestar declarações aos média, o que configurava uma restrição ao direito humano à informação, ou seja, ao direito de os cidadãos estarem informados sobre os factos de interesse público. Essas fontes, especialmente os grupos que eram mais fechados (médicos, juízes), justificavam esta recusa com a ausência de interlocutores válidos, que conseguissem traduzir com rigor a informação que elas tinham para veicular. Nos dias que correm, o cenário inverteu-se por completo e, como frisámos, as fontes é que vão ao encontro do jornalista especializado, justamente porque sabem que esse jornalista está preparado para entender os conteúdos das suas declarações e para os difundir fielmente e de forma útil às audiências que elas visam (*idem, ibidem*).

Noutra perspectiva, a capacidade crítica dos jornalistas especializados permitiu-lhes acabar com a «*resistência*» existente na profissão em questionar e indagar as fontes científicas, «*cobertas por uma auréola que parece torná-las absolutamente seguras e fiáveis*» (Berganza Conde 2005:96). A preparação aturada dos repórteres especializados reconfigurou a relação entre o jornalismo e o universo científico, inaugurando uma abordagem mais acutilante da informação de carácter científico.

Outro aspecto que diferencia os repórteres generalistas dos repórteres especializados tem a ver com os métodos a que eles recorrem no trabalho diário. Normalmente, os generalistas fazem uso das declarações que diariamente são fornecidas pelas fontes oficiais. Quesada Pérez (2004) designa esta prática profissional por *jornalismo de declarações ou jornalismo oficialista*. Por seu turno, os especializados têm o objectivo de aprofundar os factos mencionados nessas declarações e, portanto, utilizam-nas como ponto de partida para dar início ao seu trabalho de documentação jornalística. É habitual vermos os jornalistas generalistas nas conferências de imprensa, onde recolhem as declarações dos protagonistas das notícias para depois as tratarem jornalisticamente. Os jornalistas especializados comparecem igualmente nessas conferências de imprensa, contudo, perseguem um outro intento, que consiste em recrutar a informação útil resultante da conferência para preparar as entrevistas em profundidade ou as entrevistas pessoais, algo que promovem regularmente.

Por outro lado, os jornalistas generalistas contrastam fontes oficiais e naturalmente ouvem todas as partes envolvidas num determinado caso. Os jornalistas especializados seguem este procedimento, mas ainda vão recolher a opinião das suas fontes especializadas que não estejam implicadas no caso em questão, no sentido de abordar os factos a partir de um ângulo tão objectivo quanto possível (Quesada Pérez 2004).

No que diz respeito à agenda de temas que são objecto de cobertura jornalística, os repórteres generalistas acompanham os acontecimentos determinados pelas fontes oficiais, ao passo que os especializados têm uma agenda marcada por fontes independentes e tecnicamente competentes. Berganza Conde (2005) observa que os jornalistas especializados têm maior capacidade para funcionar como selectores da informação, ainda que, muitas vezes, também se deixem influenciar pelas agendas dos protagonistas noticiosos, como os partidos políticos, as empresas ou instituições, cujos

gabinetes de comunicação são constituídos por profissionais que, de forma hábil, criam eventos susceptíveis de atrair a atenção mediática.

O trabalho diário do repórter generalista materializa-se em produtos jornalísticos predominantemente informativos (notícias) e, em algumas ocasiões, interpretativos (reportagens, crónicas, entrevistas), enquanto o repórter especializado, não deixando de passar pelos géneros informativos, elabora sobretudo peças jornalísticas de cariz interpretativo e argumentativo, nas quais explica as causas e consequências dos factos e o significado dos mesmos para as audiências (Quesada Pérez 1998, 2004).

No seu quotidiano profissional, estes dois tipos de jornalistas servem-se, então, de distintos métodos de trabalho que concorrem para alcançar objectivos naturalmente diferenciados. O jornalista generalista informará acerca dos factos da actualidade, tentando responder aos clássicos 6 W's. Quanto ao jornalista especializado, também dará conta da actualidade diária respeitante à sua área de especialização, mas procurará ir mais longe, enunciando as consequências dos factos e a inter-relação entre eles, tendo em vista uma interpretação ajustada dos acontecimentos noticiosos. Ele mostrará ainda o que não se passa e deveria passar e o motivo disso. No que toca à receptividade das mensagens, o jornalista generalista visa informar correctamente a audiência, em termos globais, enquanto o jornalista especializado, sem deixar obviamente de se dirigir ao público em geral, informa e ao mesmo tempo forma o segmento da audiência que se interessa especificamente pelos conteúdos do seu campo de especialização (Quesada Pérez 1998).

Diante do exposto, percebe-se que o jornalista especializado institui uma maneira específica de tratar a informação e acrescenta valor aos conteúdos jornalísticos, desenvolvendo-os *«a partir da contextualização dos acontecimentos noticiosos e dos seus antecedentes, da consulta constante de fontes especializadas em cada temática, da contrastação exhaustiva de informações de interesse, da prática habitual de aceder a arquivos e a documentação específica (...)»* (Quesada Pérez 1998:13). Porém, isto não significa que o jornalista especializado seja melhor profissional do que o jornalista generalista. Berganza Conde (2005:93) vinca que há tão bons repórteres generalistas como especializados e ressalta que um jornalista, por estar especializado e por ter uma maior formação, não se converte automaticamente num bom jornalista. Até porque a

especialização nos média acarreta alguns perigos que podem desvirtuar a actuação profissional dos jornalistas.

5.3. O outro lado da especialização

5.3.1. As desvantagens

Na esteira do que temos vindo a acentuar, os jornalistas especializados promovem uma cobertura aturada das matérias noticiosas, explicando-as, interpretando-as e analisando-as, de forma a responder satisfatoriamente às exigências informativas das audiências fragmentadas. No processo de especialização da informação, todavia, eles percorrem várias etapas e, por vezes, consciente ou inconscientemente, vêm-se deslocados do seu próprio contexto, podendo cometer ou ser levados a cometer infracções éticas e profissionais.

No âmbito da comunicação especializada, a relação estreita entre os jornalistas e as fontes é frutuosa, por um lado, mas revela-se problemática, por outro. Gans (2004) retrata esta realidade com o exemplo dos célebres repórteres de Washington, que, trabalhando na Casa Branca, desenvolvem uma ligação muito próxima com as suas fontes. O autor associa estes jornalistas ao que na sociologia se designa por observadores-participantes e diz que as fontes deles são, nesta lógica, o que os sociólogos apelidam de informadores. A tarefa destas fontes passa por manter os repórteres a par de tudo o que se passa na Casa Branca, fornecendo-lhes informação não oficial e também informação secreta.

O facto de os jornalistas trabalharem bem perto das suas fontes permite-lhes ter acesso às principais *estórias*. Ainda assim, eles têm de se concentrar essencialmente nos assuntos que agradam às fontes, pois se publicarem algo que lhes seja desfavorável ou as irrite podem pôr em causa essa proximidade. Se assim for, eles deixam de ser úteis no seu local de trabalho (Gans 2004). Nestas circunstâncias, paira, então, sobre o jornalista especializado uma pressão tácita que o impede ou pode impedir de desempenhar livremente o seu papel. Serrano (2006:58-59) refere precisamente que uma grande proximidade entre jornalistas e fontes pode condicionar a «*capacidade de análise independente*» face às instituições ou assuntos acerca dos quais os jornalistas escrevem ou falam. Berganza Conde (2005) corrobora este pensamento, destacando

que, em algumas ocasiões, a proximidade dos jornalistas especializados em relação aos círculos de poder faz com que eles se sintam parte desses círculos, obrigando-os a cooperar com as fontes, o que se repercute negativamente na informação veiculada. Por conseguinte, os repórteres especializados estabelecem com as suas fontes uma relação simbiótica, baseada em obrigações mútuas, que tanto facilita como complica o seu trabalho (Gans 2004).

Cabe-nos ressaltar que esta situação, embora sendo frequente no contexto da especialização jornalística, não acontece do mesmo modo com todos os repórteres especializados, dependendo naturalmente de cada realidade profissional. Gans (2004) realça que as relações simbióticas entre jornalistas e fontes são especialmente perniciosas para os repórteres especializados que trabalham nas agências federais (no caso norte-americano), já que as *estórias* por si produzidas suscitam implicações políticas – estes repórteres têm a possibilidade de usar informação privilegiada em notícias que ajudem a agência onde trabalham na competição com outras agências ou que a auxiliem a passar as suas mensagens à Casa Branca; contudo, eles já não conseguirão tão facilmente propor *estórias* que venham a prejudicar a agência que acompanham.

Os jornalistas especializados nem sempre têm a liberdade²³ desejada e amiúde são mesmo obrigados a pôr de parte os seus planos a propósito de certas notícias ou reportagens. De facto, tal como assevera Gans (2004), os repórteres especializados (sobretudo os que trabalham nas agências federais) têm, muitas vezes, de praticar autocensura, isto é, não divulgam as *estórias* mais chamativas ou impactantes que apuraram sobre a agência onde trabalham. Fazem-no para proteger a sua posição no interior da mesma.

Ocasionalmente, quando se trata de um *exclusivo* e os jornalistas não o querem perder, eles avançam mesmo com a notícia, ainda que ela possa implicar a sua fonte. Nestes casos, a reacção das fontes é imediata. Elas podem fazer pressão junto de um responsável da empresa jornalística a que pertencem os repórteres para que estes sejam

²³Devido à proximidade com as fontes, os repórteres especializados são levados a assumir uma postura cautelosa. Por exemplo, os correspondentes da Casa Branca têm de manter alguma reserva no momento de fazer perguntas, algo que os deixa numa situação desconfortável. Nas conferências de imprensa, eles não podem lançar ao presidente questões que possam produzir notícias, pois isso incomoda-o. Se essas conferências de imprensa estiverem a ser transmitidas na televisão, eles próprios podem ser acusados de estar a ser desrespeitosos para com o presidente (Gans 2004).

controlados no futuro. Apesar de raramente terem sido bem-sucedidos, presidentes e agentes públicos fizeram diversas tentativas no sentido de afastar da sua organização ou instituição os jornalistas especializados indómitos, que não cooperavam (Gans 2004).

Para Chip Scanlan²⁴, um antigo repórter especializado dos jornais da já extinta *Knight Ridder*²⁵, a cobertura de dum dado campo temático pressupõe que o jornalista conheça suficientemente bem as pessoas nele presentes, de modo a conseguir a confiança delas, mantendo simultaneamente uma distância profissional. A parte mais difícil do trabalho de um repórter especializado, acrescenta Scanlan, é lidar com as fontes no dia seguinte a ter produzido uma *estória* da qual elas não gostaram. De facto, as fontes, caso estejam descontentes com um determinado trabalho do jornalista especializado, podem criar-lhe vários entraves, por exemplo escondendo-lhe informação relevante e colocando-o, assim, em desvantagem face aos seus colegas dos meios de comunicação concorrentes.

Perante este cenário, afirma Gans (2004), os jornalistas especializados são recorrentemente forçados a ponderar os custos e os benefícios de descontentar as suas fontes através de uma *estória*. Eles avaliam ora se a devem publicar, ora se a devem ignorar para, deste modo, manter a relação de proximidade, esperando que surja uma *estória* mais apelativa e mais aparatosa, que, então, vá legitimar a quebra da tal relação simbiótica. Os repórteres especializados, mormente os que trabalham nas agências federais, têm, pois, de se focar fundamentalmente na chamada informação “oficial”, aquela que eles estão “autorizados” a veicular. A propósito, Tom Wicker²⁶, antigo jornalista político e colunista do *New York Times* é elucidativo, ao notar que «*o repórter político não teria o tipo de liberdade de que dispõe qualquer crítico de arte*».

O dia-a-dia profissional dos jornalistas especializados é marcado, em maior ou menor grau (de acordo com o seu contexto profissional), por estas relações simbióticas que os colocam numa espécie de dilema: eles querem publicar as melhores *estórias*, aquelas que lhes vão tributar notabilidade, mas concomitantemente têm plena consciência de que essa publicação, caso seja desfavorável às suas fontes, pode significar o fim de uma ligação privilegiada às mesmas. Gans (2004) sublinha que a

²⁴ Citado por Potter (2008).

²⁵ A *Knight Ridder* é uma antiga empresa jornalística norte-americana, situada na Califórnia e detentora de vários jornais impressos e especializada na publicação de conteúdos digitais.

²⁶ Citado por Gans (2004).

classe política, apercebendo-se da posição frágil em que se encontram os repórteres, tenta insistentemente condicioná-los em função dos interesses próprios, procurando levá-los a assumir uma postura colaborante. Para isso, oferecem-lhes *estórias* exclusivas (as que não sejam incómodas, naturalmente) e dão-lhes informação secreta, pois sabem perfeitamente que o jornalista, mesmo não podendo publicá-la, gosta de conhecer o que se passa nos bastidores. Vale a pena ter em conta que os repórteres especializados com maior experiência parecem ser capazes de ultrapassar estes condicionamentos, ainda que também apreciem os segredos impublicáveis (*idem, ibidem*).

No caso dos repórteres especializados de Washington, é do presidente que vêm as propostas mais tentadoras. Ele pode conceder entrevistas exclusivas e endereçar convites para festas privadas na Casa Branca. Ao presidente, até os jornalistas mais experientes são susceptíveis. John Kennedy, por exemplo, conseguiu alimentar amizades com vários jornalistas. Gans (2004) esclarece que ceder à tentação pode valer aos repórteres vantagens a curto prazo, mas ser-lhe-á prejudicial futuramente, uma vez que os repórteres passam a ser conhecidos como repórteres instrumentalizados, perdendo a confiança dos seus colegas e superiores e acabando por ser transferidos para outro campo informativo.

Esta preocupação com a reputação dos jornalistas especializados apenas se verifica na Casa Branca. Isto porque, noutros locais, eles são facilmente instrumentalizados. Algumas agências federais exigem mesmo lealdade aos repórteres especializados. Gans (2004) lembra que o Pentágono, por exemplo, é conhecido por recusar dar informação aos jornalistas e por expulsá-los quando eles não aderem à sua linha editorial. Noutras agências, menos mediáticas, a instrumentalização ocorre de forma quase inconsciente, vale dizer, os jornalistas identificam-se com as fontes perto das quais passam muito tempo e têm um contacto muito reduzido com as outras agências. Deste modo e, embora possam não perfilhar os objectivos ou valores políticos das suas fontes, eles acabam por aceitar as práticas da agência e por ficar ao serviço da mesma. Especialmente quando, no final, conseguem avançar com uma *estória* interessante ou exclusiva (*idem, ibidem*).

Percebe-se que a relação estreita entre os repórteres especializados e as fontes, cristalizada numa familiaridade excessiva, pode obstaculizar fortemente o trabalho

jornalístico. Quer reprimindo o próprio jornalista, quer levando-o a colaborar com as suas fontes.

Berganza Conde (2005:96) adverte que esta proximidade face às fontes pode configurar uma «*via de influências perniciosas*» que podem afastar o jornalista do seu papel de relatar fielmente os factos e fazer com que ele passe a considerar-se «*juiz e parte do campo ou actividade que descreve*». Neste seguimento, Colombo (1998:173) fala na emergência do jornalista-informador, «*uma variante curiosa e muitíssimo delicada do jornalista-perito*». Este jornalista, pelos conhecimentos e experiência que possui, é visto como uma fonte esclarecedora e fiável para a profissão. Segundo o autor, a figura do jornalista-informador apareceu várias vezes aquando da guerra do Golfo:

Recordam-se dos *briefings* informativos do Pentágono, aqueles que tinham lugar em Washington, todas as tardes, conduzidos pela imagem competente e bonacheirona do general Kelly? Às vezes, o general detinha-se, apoiado na estante de onde falava de pé, para escutar um dos jornalistas que lhe descrevia algo pormenorizadamente, a maneira como funcionava uma arma ou as características de um centro de controlo. Sem teatralidade, o jornalista mostrava-se mais conhecedor do que o general. Sem fingimentos, o general passava-lhe a palavra, enquanto os outros colegas tomavam apontamentos. De quando em vez vinha algum assistente de Kelly, especialista no assunto em debate, e acrescentava qualquer pormenor, introduzia um esclarecimento. Mas também ele se movia no manifesto e credível *know how* do repórter-perito. (Colombo 1998: 173-174).

Ao longo das muitas horas vazias da guerra, este jornalista surgiu (pelo menos) nas transmissões televisivas americanas a falar sobre assuntos técnicos relacionados com o sector militar. Este conhecimento é adquirido graças à coexistência permanente com a fonte. Ora, convivendo de maneira próxima, intensa e estável com as fontes, há grandes probabilidades de o jornalista interiorizar e adoptar os valores e critérios típicos de um certo campo temático. Deste modo, está seriamente comprometido o impreterível distanciamento profissional entre o repórter e as fontes de informação. Colombo (1998) recorda que são conhecidos casos de jornalistas que foram substituídos depois dos jornais a que pertenciam terem descoberto as suas relações privadas com personalidades políticas.

Neste fenómeno, tipicamente anglo-saxónico, o jornalista não é apenas parte da cena política, ele é um dos protagonistas dela. Por isso, Colombo (1998:175) questiona:

«A que se encontra associada a lealdade – cultural e moral – deste tipo de perito? Como se apresenta, na ligação com o jornal e com os leitores, e nas garantias que exigimos da parte de quem nos informa, este nível de dedicação a assuntos internos e especializados?».

Como responde o autor, não se pode automaticamente garantir a parcialidade deste tipo de jornalista. Porém, os moldes em que actua a figura do jornalista-informador levantam várias interrogações e, conforme ressalta Berganza Conde (2005), deixam no ar possíveis distorções da mensagem jornalística. Existe o perigo efectivo de se poder criar aquilo a que Colombo (1998) chama um sistema de informação com duas vias: o jornalista e a fonte poderão combinar a divulgação de apenas alguns aspectos da informação, ocultando outros, em consonância com os seus interesses.

Ainda ao nível das fontes, mas num plano técnico, o repórter especializado, poderá ter a tendência de trabalhar uma matéria informativa a partir unicamente das fontes pertencentes ao domínio temático em que actua, fechando por completo a hipótese de consultar fontes adjacentes a essa área de especialização. Para Blanco Castilla (2004:102), esta prática encerra um enorme risco, na medida em que a informação ou os comentários que colocam o jornalista «*na pista de um acontecimento*» não são, à partida, exclusivos de qualquer tipo de fonte.

No que toca à elaboração dos produtos jornalísticos especializados, um dos aspectos negativos apontados tem a ver com a sobrecarga informativa (Hess 1985). Como já destacámos, a especialização jornalística visa aprofundar os temas noticiosos, trabalhando-os com base em novos ângulos. O facto não é apenas relatado, ele é também enquadrado e desenvolvido, com dados sobre o seu passado, presente e até futuro. No entanto, uma peça jornalística, por conter este nível de profundidade informativa, não é necessariamente eficaz. Hess (1985) invoca uma ocasião em que o Washington Post publicou doze séries informativas acerca de diferentes temas. O provedor do jornal na altura, Sam Zagoria, sublinhou a sua convicção de que o Washington Post estava a promover uma espécie de “overdose informativa”. Na sua coluna, ele perguntou aos leitores: «*Quantos de vocês lêem sequer um segmento completo destas séries do princípio ao fim?*». Zagoria diz que esta sua posição foi muito aplaudida pelos leitores do jornal. Na verdade, quando um jornalista especializado veicula as matérias noticiosas, ele deve certificar-se de que todos os dados são úteis, isto

porque a informação em demasia pode desinteressar as audiências e fazer dispersar a sua atenção.

Ao lidar com informação referente a uma determinada área temática, o repórter especializado pode impregnar-se em excesso na linguagem específica do assunto em questão, arriscando-se a resvalar para um tecnicismo nada desejável. Quesada Pérez (1998) afirma que o tratamento especializado da informação só resultará se o jornalista conseguir traduzir a linguagem complexa utilizada pelos especialistas numa linguagem divulgativa e simples, que possibilite uma fácil compreensão dos factos. Com efeito, o repórter especializado tem de fazer um esforço para tornar entendíveis os seus trabalhos, sob pena de comprometer a comunicabilidade do processo jornalístico e a sua função histórica enquanto mediador. Neste sentido, como indica Blanco Castilla (2004), os jornalistas especializados devem explicar com total clareza a terminologia própria da sua área de especialização, permitindo que a informação cumpra a condição basilar da inteligibilidade, isto é, ela tem de ser assimilada pelo receptor sem que este seja obrigado a fazer um grande esforço. Todavia, a autora lembra que várias peças jornalísticas especializadas padecem de um carácter algo abstracto e excessivamente técnico. Exemplo disto é o modo como muitas vezes se trata a informação económica, inacessível para boa parte dos receptores (*idem, ibidem*). Coca e Díezhandino (1991), citados por Blanco Castilla (2004), defendem que um dos motivos pelos quais a informação económica é pouco consumida nos média generalistas radica no facto de ela não ser compreendida.

Por outro lado, os jornalistas especializados, auferindo um salário superior ao dos generalistas, implicam maiores custos para as empresas jornalísticas, sendo que, para além disso, se revelam menos produtivos face aos seus homólogos generalistas. Gans (2004) explica que os repórteres especializados raramente produzem mais do que uma *estória* por cada noticiário televisivo ou por cada edição de jornal ou revista, ao passo que os repórteres generalistas podem ser solicitados, sempre que necessário, a fazer duas ou mais *estórias* no mesmo período de tempo.

Por questões de estatuto, os jornalistas especializados não costumam voltar a ser generalistas. Porém, como diz Gans (2004), também não são encarados como propensos à promoção dentro da hierarquia da empresa jornalística, pois os cargos de chefia estão normalmente reservados aos profissionais que permaneceram generalistas.

Não obstante os apelos para a introdução de uma maior especialização no jornalismo, as notícias continuam, grosso modo, a ser produzidas por jornalistas generalistas, em parte devido a algumas das questões que aqui apresentámos. Os jornalistas especializados estão, assim, integrados numa profissão eminentemente generalista.

5.4. A visão da prática

5.4.1. Os casos da RTP e da SIC

Tendo nascido no seio da imprensa escrita, a especialização jornalística é particularmente visível nos jornais mas não se confina a eles. Mar de Fontcuberta (2002) afirma que até ao momento foi a imprensa quem levou mais longe a especialização, mas faz questão de sublinhar que na rádio e na televisão, pese embora predomine a figura do *jornalista-vedeta*, é já discernível um crescente aparecimento de profissionais especializados.

Neste quadro, estabelecemos uma comparação entre os modelos redaccionais da RTP e da SIC para perceber a dinâmica profissional de ambas as estações televisivas e, a partir desta, lançar um olhar mais prático sobre o fenómeno da especialização na actividade jornalística.

A RTP segue, em termos genéricos, o modelo da especialização jornalística. Na sede da empresa, em Lisboa, a redacção está formalmente dividida nas editorias de *Política*, *Economia*, *Sociedade*, *Cultura*, *Desporto*, e *Internacional*. Na maioria das vezes, os jornalistas executam trabalhos que têm a ver com as editorias a que pertencem. Só em situações excepcionais é que eles são chamados, à última hora, para cobrir acontecimentos que tenham acabado de ocorrer (por exemplo, uma catástrofe ou a morte de uma personalidade), por naquele preciso momento não estar disponível qualquer profissional que trata especificamente dos temas em causa. Quanto à redacção do Porto, já chegou a contemplar uma divisão clara em editorias (o editor da *Sociedade* até acumulava as editorias da *Economia* e do *Internacional* porque não havia recursos humanos nem necessidades informativas que justificassem a existência destas duas últimas), mas actualmente a única editoria formalmente estabelecida é o *Desporto*.

Ainda assim, tal como assevera Sandra Sousa²⁷, coordenadora de informação da RTP Porto²⁸, a filosofia de actuação dos jornalistas desta redacção é semelhante àquela que norteia o trabalho dos repórteres da redacção de Lisboa:

O nosso entendimento aqui no Porto é o de que os jornalistas devem cobrir as áreas em que estão mais à-vontade, nas quais têm mais experiência e sobre as quais têm mais conhecimento. E é isto que acontece na RTP Porto. Há jornalistas que têm mais apetência para a *Economia*, outros para a *Cultura*, outros sentem-se mais confortáveis a fazer *Sociedade*. Ou seja, à excepção do desporto, não temos aqui departamentos estanques porque também não há recursos humanos que o permitam; temos é sempre a preocupação de, mediante os recursos humanos de que dispomos, colocar os jornalistas a tratar assuntos relativos às suas áreas preferenciais, aquelas em que se sentem melhor, porque entendemos que é desta forma que produzem melhor.

Sandra Sousa reconhece que, por vezes, para cobrir, por exemplo, uma notícia ligada ao campo político, avança um jornalista que até costuma debruçar-se com mais frequência sobre assuntos do dia-a-dia (os chamados assuntos da *Sociedade*). Esta e outras situações análogas são ditadas pela necessidade de gerir os recursos humanos disponíveis em certas ocasiões. No entanto, os jornalistas da RTP Porto são sobretudo destacados para cobrir os assuntos atinentes à área em que normalmente trabalham. Mesmo não havendo muitos recursos humanos, procura-se sempre respeitar as preferências, apetências e competências de cada jornalista, adequando-as às diferentes circunstâncias. De acordo com Sandra Sousa, os serviços dos jornalistas devem ser distribuídos «em função dos temas e da dimensão que estes têm». Se o assunto for demasiado técnico e exigir conhecimentos muito específicos, ele deve ser encaminhado para um jornalista especializado. A lógica prevalecente na RTP passa, então, por privilegiar o tratamento informativo especializado, tirando partido das competências particulares dos jornalistas num dado assunto ou ramo e visando, desta forma, o enriquecimento dos produtos jornalísticos. Esta preocupação é especialmente evidente na redacção de Lisboa, mas é igualmente detectável na redacção do Porto, nesta última sempre que possível e consoante os recursos humanos existentes.

Por seu turno, a SIC apresenta um modelo de redacção que, sem deixar de ter em conta as apetências e inclinações dos jornalistas perante os temas, estrutura o trabalho

²⁷ Entrevista concedida ao autor do trabalho a 2 de Julho de 2010, nas instalações da RTP Porto, em Vila Nova de Gaia.

²⁸ Para além de Sandra Sousa, há mais dois jornalistas que exercem funções de coordenação de informação na RTP Porto: João Fernando Ramos e Duarte Valente.

jornalístico à luz de uma maior flexibilidade organizativa. A redacção da SIC no Porto contém diferenças relativamente à redacção da SIC em Carnaxide, embora a matriz de trabalho seja convergente.

A configuração da redacção de Carnaxide assentava numa compartimentação em editorias formalmente balizadas, mas acabou por sofrer alterações, na sequência de uma proposta feita por uma equipa de consultores externos. Estes consultores entenderam que as editorias clássicas deixaram de fazer sentido, dado que provocavam problemas em termos funcionais. Pedro Cruz²⁹, editor executivo da SIC Porto, explica os motivos deste entendimento:

Alguns dos jornalistas mais prestigiados da SIC estavam na área da *Política*. Nas semanas em que não havia actividade política, ou porque os actores políticos estavam de férias, ou porque o Primeiro-Ministro ou o Presidente da República tinham a agenda vazia, estes jornalistas não tinham trabalho, não tinham nada para fazer, e, como se encontravam estanques no compartimento *Política*, como se encontravam confinados a essa área, não estavam a ser aproveitados para fazer outras coisas, para tratar outros assuntos que também pudessem dominar, tendo em conta que são jornalistas já experientes. Se replicarmos esta lógica pelas outras áreas informativas, percebemos havia mais jornalistas parados, sem trabalho para fazer, porque pertenciam a uma editoria, cujos temas não estavam, durante algum tempo, na ordem do dia.

Ora, neste quadro, os consultores propuseram a manutenção dos editores e a abolição das equipas que se encontravam em torno dos mesmos. Significa isto que os jornalistas anteriormente integrados nas diferentes editorias foram “absorvidos” pelo resto da redacção, isto é, pela chamada *pool*, onde passaram a estar todos os jornalistas que não possuem cargos de chefia. Deste modo, os editores já não têm à sua volta uma equipa fixa, mas vão a esta *pool* buscar os jornalistas necessários. Por exemplo, se o editor de *Política* tiver cinco serviços marcados, vai à *pool* e escolhe cinco jornalistas, normalmente os mais versados nos assuntos políticos. Mas no dia seguinte, se não houver serviços relacionados com a temática política, pode ser o editor da Economia, da Sociedade ou do Desporto a recrutar esses mesmos jornalistas. Conforme salienta Pedro Cruz, «*todos podem fazer tudo*». É certo que os assuntos políticos, por exemplo, têm sido predominantemente acompanhados pelos jornalistas que pertenciam anteriormente à editoria de *Política*, mas esses jornalistas podem ser agora destacados (e muitas vezes

²⁹ Entrevista concedida ao autor do trabalho a 17 de Julho de 2010, nas instalações da SIC no Porto.

são) para cobrir matérias ligadas a qualquer outro campo informativo. Verifica-se, portanto, uma maior agilidade no que toca ao funcionamento interno da redacção.

A redacção da SIC no Porto funciona segundo este paradigma, ainda que não conte com editores distribuídos por diferentes áreas temáticas. Como realça Pedro Cruz, esta é uma redacção eminentemente generalista. Quando os serviços são marcados pelo editor executivo (Pedro Cruz, podendo essa tarefa impender também sobre a jornalista Lúcia Gonçalves, editora executiva adjunta), é verdade que há uma preocupação prévia de os atribuir consoante os gostos, interesses e aptidões dos jornalistas. No entanto, frisa Pedro Cruz, os profissionais desta redacção têm de estar sempre preparados para cobrir qualquer assunto. Uma vez que não existem editorias fixas, os jornalistas devem ser capazes de dar resposta às várias solicitações, sejam elas de *Economia*, de *Política*, de *Desporto*, de *Sociedade*, de *Cultura* ou de qualquer outra área ou subárea.

Estamos, então, perante duas formas globalmente opostas de conceber a produção jornalística, embora, em parte, aproximadas. O enfoque sobre o tratamento informativo especializado predomina no modelo da RTP e é também, de algum modo, visível na concepção jornalística da SIC, que, todavia, insiste sobremaneira na figura do jornalista “todo-o-terreno”.

Para Sandra Sousa, *«há toda a vantagem se os jornalistas se especializarem em determinada área porque, desde logo, acompanham diariamente e com atenção permanente um determinado tema, desenvolvem um maior conhecimento sobre o mesmo e, para além disso, ao terem interesse por esse tema, procuram saber cada vez mais sobre ele e, portanto, à partida, estão melhor preparados para o tratar»*. A coordenadora de informação da RTP Porto diz que o jornalista especializado *«promete sempre mais, está dois passos à frente»*, enfatizando a importância de um repórter dominar um dado campo informativo e estar perfeitamente identificado com tudo o que acontece dentro dele:

Um jornalista com conhecimentos sólidos no domínio económico, se for cobrir uma acção do ministro da Economia, já sabe o que esse ministro disse ontem, aquilo com que se comprometeu há um mês, qual o seu programa de acção. Este jornalista tem um *background* dentro da área da economia que o coloca em vantagem relativamente a outros colegas que não estejam tão apetrechados, que caíam de pára-quadras naquele serviço e que quase não sabem o nome da pessoa que vão entrevistar. É uma enormíssima vantagem que o jornalista siga os mesmos assuntos, conheça os

protagonistas e fomenta contactos e fontes numa área. Portanto, sempre que possível, seguimos a especialização.

De acordo com Sandra Sousa, uma empresa jornalística que conte com repórteres especializados oferece ao seu público *«uma informação com mais conteúdo, com mais substância»*.

Pedro Cruz reconhece vantagens no modelo jornalístico especializado, sobretudo numa sociedade em que as audiências estão cada vez mais segmentadas e procuram conteúdos especificamente direccionados aos seus campos de interesse. Porém, o editor executivo da SIC Porto discorda de uma ideia frequentemente evocada a propósito do modelo de comunicação especializada - a de que os jornalistas especializados produzam notícias mais consistentes ou mais rigorosas do que os jornalistas generalistas. Cruz sublinha que tudo depende do modo como estes últimos se preparam diariamente para os serviços, pelo que, assevera, *«não se nota uma grande diferença no produto final, desde que o jornalista chamado generalista faça o trabalho de casa, ou seja, desde que ele se prepare convenientemente, desde que ele se documente e faça uma boa pesquisa»*.

A profundidade informativa é apontada como sendo um aspecto positivo proporcionado pela especialização jornalística. Pedro Cruz afirma que essa profundidade se revela, em certos aspectos, benéfica, mas ressalva que, em televisão, ela deve ser explorada na devida proporção e nos espaços próprios:

Faz sentido apostar na profundidade mas é preciso ver que estamos em televisão, onde não há espaço para trabalhos muito desenvolvidos. Por exemplo, na SIC Notícias, já se pode apostar mais no comentário, na opinião, na discussão dos temas, trazendo inclusivamente à antena as perspectivas dos telespectadores, através do *Opinião Pública*. Quando regresssei do Haiti e do Líbano, fui à SIC Notícias e participei num espaço informativo especial, em que falei sobre a minha experiência nestes países, a visão que tinha deles, dos seus aspectos políticos. Mas repare-se que eu fiz estas intervenções, não na SIC generalista, mas na SIC Notícias, onde há mais espaço para o tal aprofundamento dos conteúdos. No noticiário da SIC generalista, não podemos ter um trabalho de 10 minutos a fazer um balanço do sismo no Haiti. No jornal da SIC generalista não podemos ter uma peça de dois minutos e depois um comentário de sete minutos. Não podemos de todo. Não há espaço, é inviável. Isso terá de ser feito na SIC Notícias.

Sandra Sousa reitera esta ideia, defendendo que, por imposição do meio, os conteúdos televisivos são inerentemente mais superficiais e mais breves, além de que o jornalista está condicionado pelo factor temporal. A coordenadora de informação da RTP Porto esclarece que, em televisão, o tratamento informativo pode revestir-se de um carácter especializado, tendo inevitavelmente de se adequar às características técnicas do meio:

Em termos de televisão, o público é desatento, está num ambiente ruidoso e valoriza especialmente o *directo*. Por isso, a informação que se dá num *directo* é necessariamente breve, simples e concisa. Em relação às notícias ou reportagens, acontece a mesma coisa. Por exemplo, se o jornalista de televisão tiver uma *estória* alargada sobre sangue contaminado no Hospital de São João, essa *estória* simplesmente não pode passar integralmente no noticiário do dia. O que se faz é um resumo desta *estória* e depois ela pode ser exibida a seguir ao jornal (caso esteja previsto na grelha) num programa informativo autónomo. Um jornal televisivo diário não comporta um trabalho de dez ou vinte minutos, nem que a notícia tenha muito impacto. Agora ele pode veicular informação igualmente substanciosa numa peça de dois minutos, porque, por exemplo, devido aos seus contactos privilegiados, conseguiu declarações e informações exclusivas junto de uma figura com relevância numa determinada área. O importante, no contexto televisivo, é equilibrar a quantidade de informação com as especificidades do meio.

A outro nível, Sandra Sousa evidencia que a especialização ajuda o jornalista a não ficar subordinado ao poder das fontes, as quais «*estão cada vez mais sofisticadas e muitas vezes só veiculam as informações que lhes interessam*». Por outro lado, conforme assinala a coordenadora de informação da RTP Porto, um jornalista especializado, mantendo uma relação muito próxima com as fontes e contando com uma carteira de contactos francamente mais vasta e diversificada, terá maior facilidade de apuramento da informação:

Por exemplo, surge o rumor de que o ministro da Economia se vai demitir. O jornalista especializado em Economia tem no seu telemóvel todos os contactos necessários e os mais importantes para confirmar se aquela informação é verdadeira, já falou anteriormente e várias vezes com todas as fontes que podem ser importantes naquele caso específico, sabe os *timings* dessas fontes, sabe qual a melhor maneira de conseguir aquela informação, se mandando *e-mail* para uma dada pessoa ou ligando directamente para ela ou para qualquer outra, sabe quem dentro do partido do ministro lhe pode fazer chegar os dados mais importantes. Se a informação tiver de ser confirmada numa hora,

o jornalista especializado vai confirmá-la mais rapidamente do que o jornalista generalista que ainda vai procurar no sistema o nome do assessor a quem poderá ligar.

Estes contactos privilegiados com as fontes, se por um lado permitem ao jornalista especializado recolher facilmente os dados, muitos deles de forma exclusiva, por outro, como lembra Sandra Sousa, podem conduzir a «*alguns desvios éticos e deontológicos*», promovendo-se entre o jornalista especializado e a fonte «*uma negociação*» que pode eventualmente enviesar a informação. Nestes casos, assevera Sousa, o jornalista jamais deverá prescindir dos seus deveres profissionais:

Todos sabemos que no jornalismo se faz alguma negociação. O jornalista e a fonte podem tentar chegar a “acordos”, decidindo veicular certas informações e ocultando outras de acordo com as conveniências. A excessiva proximidade pode potenciar situações destas. Isto não significa que a proximidade seja sempre prejudicial. Se o jornalista nunca se desviar da verdade nem do esforço de objectividade, não me parece mal que tenha um contacto próximo com a fonte. Ele deve aproveitar essa familiaridade para melhorar a qualidade do seu trabalho, mas respeitando escrupulosamente as regras básicas do jornalismo.

Pedro Cruz desaconselha estas ligações próximas pois entende que elas, apesar de serem vantajosas para o jornalista do ponto de vista da recolha da informação, uma vez que lhe permitem «*ignorar o lixo*» e «*ir ao osso*», acabam por levar a uma sempre perigosa confusão de papéis, o que pode colocar em risco a natureza do trabalho jornalístico:

Ao nível do desporto, sobretudo nos jornais desportivos, há grupos de jornalistas que só acompanham o FC Porto, outros que só cobrem o Benfica, e outros que seguem apenas o Sporting. Esses jornalistas, ao estarem uma época inteira a trabalhar junto de um clube, vão criar laços de amizade com as pessoas desse clube, porque estão todos os dias com elas. Os jornalistas começam então a ter um relacionamento íntimo com as fontes: a certa altura já são convidados para os aniversários delas, começam a sair com elas e, passados alguns meses, já não há o verdadeiro distanciamento. O mesmo acontece noutras áreas. No campo da política, por exemplo, é frequente confundirem-se fontes com amigadas. Ao falar tantas vezes com um determinado político, ao acompanhá-lo regularmente, ao seguir as suas viagens para diferentes locais, o jornalista cria uma empatia pessoal com ele, uma empatia pode contaminar o trabalho desse jornalista. Por isso é que eu não tenho “amigos” no meu leque de fontes. Trato-as sempre “mal”, não vou a eventos sociais organizados por elas porque quero evitar uma proximidade e uma cumplicidade que um dia podem ser perigosas. Quero continuar a ter a liberdade de ligar às fontes e fazer as perguntas que entendo.

Como já vimos, umas das consequências resultantes da proximidade em demasia entre jornalistas especializados e fontes tem a ver com a possível auto-censura que o jornalista possa vir a praticar para não quebrar a ligação privilegiada à fonte. Para Sandra Sousa, trata-se de uma «*prática intolerável*» que o jornalista deve evitar a todo o custo:

Na minha carreira, nunca hesitei veicular uma informação só porque ela era eventualmente incómoda para um político ou danosa para a imagem dele. Na primeira campanha presidencial do professor Cavaco Silva, o assessor dele incompatibilizou-se comigo ao terceiro dia e deixou de me facultar o programa da campanha. Eu até acabava por obtê-lo de outra forma. Mas jamais deixei de difundir as informações que julgava serem relevantes para o público. A auto-censura do jornalista especializado é um fenómeno perigoso, mas creio que tudo depende da integridade pessoal e profissional do próprio jornalista.

O contexto jornalístico português é muito distinto do americano, o que evidentemente não impede que as relações simbióticas entre repórteres especializados (sobretudo os da área política) e fontes redundem em entraves à actividade jornalística. Seja como for, Sandra Sousa, que já foi jornalista parlamentar, nota que a proximidade dos jornalistas em relação aos actores políticos é menor comparativamente à realidade americana, pelo que o risco, apesar de existir, é também menor.

Associada à proximidade com a fonte, Pedro Cruz e Sandra Sousa identificam uma outra desvantagem para o jornalista especializado, a qual não se traduz no plano ético, reflectindo-se antes na produção informativa. O jornalista especializado, ao conhecer demasiado bem os protagonistas que acompanha ou os acontecimentos que cobre, pode julgar irrelevante uma notícia que, para a maioria do público não tão identificado com essa realidade, pode constituir novidade. Sandra Sousa explica que o jornalista, por conviver tão proximamente com os protagonistas das áreas informativas, corre o risco de, ainda que inconscientemente, desvalorizar determinados dados informativos e valorizar outros:

Estive, ao longo de um mês, a cobrir a iniciativa *Volta a Portugal*, em que o Durão Barroso, então líder do PSD e candidato a primeiro-ministro, percorreu o país inteiro num autocarro juntamente com a sua equipa. Acompanhei-o em permanência durante esse mês e, portanto, sabia perfeitamente a postura que ele tinha perante a comunicação social: a sua dificuldade de expressão inicial, a forma como reagia às perguntas que lhe eram colocadas. Quando essa iniciativa terminou, e passados alguns dias, o Durão

Barroso dá uma conferência de imprensa e é igual a ele mesmo, ou seja, apresenta-se com um discurso algo titubeante. Ora, a TVI fez uma peça só com as hesitações do Durão Barroso. Mas para mim isso não era notícia, porque ele sempre foi assim, eu sabia que ele era assim e isso deixou de ser notícia à 2ª ou 3ª peça que fizemos. Para nós, núcleo que o acompanhou e acompanhava muito de perto, aquilo já não constituía notícia, mas a verdade é que a peça da TVI com as falhas do Durão Barroso produziu um enorme impacto e questionaram-me a razão pela qual não tinha voltado a escolher aquele ângulo. Eu respondi que ele sempre foi assim e houve pessoas na redacção que retorquiram argumentando que aquilo era impressionante. Ora, para mim tinha deixado de ser novidade.

Outro dos inconvenientes identificados a propósito do discurso jornalístico especializado diz respeito ao já referido tecnicismo, aspecto que Pedro Cruz entende ser passível de entravar a compreensão das mensagens jornalísticas. Na óptica do editor executivo da SIC Porto, o jornalista especializado em *Economia*, ao dedicar-se exclusivamente a este sector informativo, tende, após algum tempo, a adoptar «*uma linguagem hermética*», ou seja, «*começa a falar como os economistas e esquece-se de que está a falar para o público em geral*». Por isso, afirma Pedro Cruz, «*muitas vezes até é bom que uma reportagem sobre um assunto económico seja feita por um jornalista exterior à área da Economia porque esse jornalista, ao ter receio de errar, fala [ou escreve] com maior simplicidade e talvez as pessoas percebam melhor as peças feitas desta forma*». Do ponto de vista de Cruz, quanto mais especializado for um jornalista, mais técnico ele se torna, ficando com a ideia de que todos percebem o que ele diz.

Pedro Cruz assinala ainda que o envolvimento excessivo do jornalista especializado numa dada parcela informativa pode levá-lo a perder a noção daquilo que interessa ao público. Para o editor executivo da SIC Porto, «*o jornalista pode começar a destacar aspectos que, para ele são muito importantes, mas que para a maioria da audiência não têm relevância*». Um bom exemplo desta situação, refere, é o jornalismo parlamentar, em que «*jornalistas e protagonistas vivem uns para os outros*». Conforme menciona Cruz, «*o jornalista dá destaque, por exemplo, às afirmações do sub-secretário do Estado ou do vice-presidente da bancada parlamentar da CDU, mas o problema é que a maioria das pessoas não conhece essas figuras e aquilo que essas figuras disseram não interessa a grande parte do público*». Ou seja, «*estes jornalistas*

estão 'fechados' no seu mundo e, por isso, acham que tudo é importante, todos os pormenores interessam, toda a gente conhece as figuras de quem eles falam», finaliza.

O progresso das sociedades, alavancado pelo avanço do conhecimento, conduziu à diversificação das audiências e elevou a exigência dos padrões jornalísticos de trabalho. Nesta conjuntura, tem-se discutido com insistência a formação que o jornalista deve possuir para dar uma resposta cabal às solicitações diárias, crescentemente complexas. Sandra Sousa observa que, actualmente, muitos jornalistas estão a enriquecer a formação de base em comunicação com cursos em certos campos de especialização. Na perspectiva da coordenadora de informação da RTP Porto, esta é uma *«uma tendência útil e cada vez mais clara»*, que, ainda assim, exige ao jornalista o cuidado de não burocratizar a linguagem:

Há muitos colegas meus que estão a colher ensinamentos específicos na área das novas tecnologias da informação e da comunicação através de mestrados e pós-graduações. Hoje o jornalismo é muito mais diversificado e as plataformas a partir das quais se serve a informação são as mais variadas. A RTP está a apostar muito no seu serviço de informação online e esta é, de facto, uma área na qual muitos jornalistas se estão a especializar. Também há jornalistas a fazer pós-graduações na área do Direito, justamente porque é uma área técnica, com alguma terminologia específica. Menos frequente mas já visível é a especialização em Ciência Política, que é bastante útil para aqueles jornalistas que se debruçam predominantemente sobre os assuntos do Parlamento, as campanhas eleitorais. O único problema que daqui pode resultar tem a ver com o facto de o jornalista especializado poder exagerar na linguagem técnica que usa. Mas essa é uma situação de que ele deve ter consciência e que deve combater.

Pedro Cruz corrobora esta visão acerca da formação específica do jornalista, considerando que ela é *«sempre benéfica»*, independentemente da área sobre a qual incida:

Por exemplo, na SIC, temos uma jornalista, a Sofia Pinto Coelho, que é jurista. É uma formação diferente daquela que a maioria dos outros jornalistas tem, mas que nos dá muito jeito. Sempre que precisarmos, sempre que tenhamos alguma dúvida sobre um aspecto importante para a nossa peça, podemos pedir-lhe ajuda e ela pode elucidar-nos, fornecendo-nos a tal preparação adequada para irmos fazer uma reportagem ou uma entrevista com um *background científico*.

Cruz diz que, na SIC, *«há jornalistas provenientes de áreas científicas como a Economia, a Filosofia ou a Sociologia»* e que, portanto, enriquecem os seus trabalhos

com «*outras perspectivas da realidade*». Contudo, e na linha do que explicita Sandra Sousa, o editor executivo da SIC Porto entende que os conhecimentos específicos dos repórteres especializados devem ser usados adequadamente e aplicados ao serviço do jornalismo:

Uma formação específica ajuda, mas temos de ver o outro lado da questão. Se essa formação especializada não for filtrada, se não for utilizada em favor do trabalho jornalístico, corremos o risco de nos tornarmos mais especialistas, ou seja, mais herméticos, mais fechados e, de repente, estamos a falar só para nós.

Na visão de Sandra Sousa, a especialização jornalística mostra-se vantajosa «*em 99% dos casos*». É este o paradigma de trabalho que, de um modo geral, vigora na RTP, traduzindo-se com maior acuidade na redacção de Lisboa, munida de mais recursos humanos face à redacção do Porto. A jornalista da estação pública de televisão afirma que o modelo da especialização faz todo o sentido, «*do ponto de vista do desenvolvimento e da precisão dos conteúdos jornalísticos*».

Segundo a coordenadora de informação da RTP Porto, «*são muitas mais as vantagens do que as desvantagens da especialização em termos do trabalho jornalístico*». O único aspecto que, para Sousa, pode, de facto, tornar inviável o modelo da especialização é de natureza económica, pois as empresas jornalísticas, caso não tenham uma grande saúde financeira, não estarão em condições de contratar jornalistas que trabalhem em exclusivo num dado sector informativo.

Seja como for, Sandra Sousa diz que, com os actuais quadros e a actual estrutura da RTP, há toda a vantagem em entregar a um jornalista trabalhos especificamente relacionados com a área temática que ele domina. Mantendo este pressuposto, a coordenadora de informação da RTP não deixa de ressaltar que qualquer redacção tem de contar sempre com «*dois ou três bons jornalistas generalistas, aqueles que têm de avançar para o Haiti porque houve uma catástrofe e avançam tranquilamente, mas, se for necessário, também estão no dia seguinte na Casa Branca a fazer uma conferência de imprensa do Obama*». Sandra Sousa refere que, mesmo no contexto de uma redacção marcada por um modelo de trabalho especializado, estes jornalistas são sempre necessários porque «*fazem tudo bem*». A propósito, dá o exemplo de uma prática rotineira na RTP: para os grandes acontecimentos, alguns dos quais desencadeados repentinamente, a televisão pública destaca várias vezes os seus pivôs e coordenadores.

Pedro Cruz reconhece que a especialização jornalística tenderá a ganhar consistência, *«até pela segmentação de públicos e pela oferta no cabo»*. No entanto, o editor executivo da SIC Porto faz questão de sublinhar que não se pode minorizar, de todo, a vertente generalista da actividade jornalística, tanto mais que *«os repórteres generalistas, caso se preparem convenientemente, também conseguem boas peças, seja em que área informativa for»*. Conforme Cruz, *«a diferença está na preparação que se faz para os trabalhos, independentemente de se tratar de um jornalista generalista ou especializado»*.

Acima de tudo, defende Cruz, qualquer jornalista tem de estar pronto para, a qualquer altura, dar seguimento às solicitações que surgem:

Imaginemos que vira um camião de porcos. Quem vai para o local? O camião de porcos encaixa-se onde? Na Sociedade? No Trânsito? Se levarmos a especialização ao limite, teremos, por exemplo, na área da Educação, jornalistas especializados em Ensino Superior, em Ensino Secundário? Tornava-se insustentável. Nesta lógica, teríamos de encontrar, na Política, um jornalista para fazer PSD, outro para fazer PS, outro para fazer Bloco de Esquerda, outro para fazer PCP e outro para fazer CDS. E imaginemos que o jornalista que faz PCP não vem trabalhar porque está doente. Quem faz PCP? Ninguém faz porque mais ninguém é especialista em PCP? Acho que isto seria muito redutor. Eu concordo com alguma especialização, acho que é útil, acho que é benéfica, acho que acrescenta valor mas acho que o jornalismo, sobretudo o televisivo, é muito mais generalista do que especialista.

Na óptica do editor executivo da SIC Porto, um jornalista, não obstante a área informativa em que estiver a trabalhar, não se pode esquecer da função generalista que lhe é intrínseca:

Eu não concebo um jornalista “craque” em Economia que não saiba cobrir um incêndio, porque então ele não é um jornalista. Eu não concebo um jornalista “craque” em Desporto que não seja capaz de ir ao tribunal fazer uma peça. Eu não concebo um jornalista que seja espantoso a fazer Saúde e que depois não seja capaz de cobrir um comício. Eu não sou um jornalista de Política, eu não sou um jornalista de Desporto, eu sou jornalista, e sendo jornalista, eu tenho de estar apto a fazer qualquer notícia.

Pedro Cruz afirma que um jornalista, por mais cursos que faça numa determinada área do saber, por mais conhecimentos específicos que procure recolher em torno de certos temas, nunca pode ignorar os seus predicados generalistas, porque ele é, por definição, um generalista.

5.5. Em resumo

Por aquilo que expusemos anteriormente, verificamos que a RTP e a SIC apresentam estruturas organizativas que consubstanciam realidades informativas genericamente diferenciadas. Por um lado, a televisão pública, de modo mais efectivo na redacção de Lisboa, adopta um modelo de trabalho centrado essencialmente numa abordagem especializada dos conteúdos informativos. Por outro, a estação de Carnaxide, não afastando o enfoque sobre a especialização, exhibe uma maior propensão para o trabalho jornalístico generalista.

Apesar de a disposição organizativa da SIC evidenciar de forma mais clara o modelo generalista, a RTP, ainda que aposte preferencialmente no tratamento específico das matérias, não descarta a importância e a utilidade da figura do jornalista “todo-o-terreno”, ou seja, da dimensão generalista subjacente à actividade. E, na realidade, a questão da especialização não pode ser extremada, devendo antes ser pensada a partir deste equilíbrio. Numa lógica de especializar sem limitar.

Num mundo marcado por uma crescente complexidade e pela divisão do trabalho, não há dúvida de que a especialização jornalística se afigura muito importante, até porque, hoje em dia, as audiências são mais exigentes e, como salienta Fernández Obregón (1998), têm necessidade de receber um tratamento mais elaborado e profundo dos factos noticiosos. Em resultado dos avanços comunicativos e tecnológicos, especializou-se o conhecimento e segmentou-se o público, o que obriga a actividade jornalística a direccionar a sua actuação no sentido de oferecer informação específica que corresponda aos diferentes gostos e interesses dos demais grupos da sociedade.

Ao repórter especializado cabe explicar detalhadamente as matérias noticiosas, explicar o seu significado, dar conta das suas consequências. Segundo Quesada Pérez (1998), o jornalista especializado cria no público «*um novo tipo de sensibilidade*» face aos acontecimentos da actualidade, indo ao encontro dos seus reais pólos de interesse, através de uma informação devidamente documentada.

No entanto, a prática da especialização jornalística comporta, como vimos, alguns aspectos negativos – a convivência estreita do jornalista especializado com as fontes pode levá-lo a estabelecer cumplicidades perigosas e nefastas, que podem minar o seu trabalho e o seu papel enquanto jornalista; por outro lado, o facto de este repórter

ter um conhecimento exaustivo dos conteúdos da sua área de especialização pode afectar a maneira como ele elabora os produtos jornalísticos, fazendo-o, por exemplo, incorrer num tecnicismo confuso ou levando-o a veicular quantidades excessivas e inadequadas de informação, algo susceptível de dispersar as audiências. Quando o repórter se apega em demasia às especificidades do seu sector temático, acaba por gerar incomunicação.

Neste sentido, é preciso olhar para a especialização a partir de uma perspectiva holística, global. Borobio (1981:58), citado por Berganza Conde (2005) expõe os dois conceitos de especialização: o primeiro estabelece que um indivíduo é tanto mais especialista quanto mais tiver reduzido o seu campo de acção – trata-se da barbárie da especialização; o segundo indica que um indivíduo é tanto mais especialista quanto mais tiver aprofundado esse campo, sendo que o aprofundamento será tanto maior quanto maior for a base da qual se parte, a área de conhecimentos que se dirige a esse campo e a capacidade de relação. Para o autor, «*a especialização fecunda é a que integra o máximo volume de conhecimentos numa ideia ordenadora*».

A especialização jornalística deve incorporar o segundo princípio identificado por Borobio (1981), isto é, não pode ser rígida nem inflexível, tendo de unificar vários conhecimentos. Conforme realça Quesada Pérez (2004), a profundidade informativa também se consegue através da inter-relação dos factos da actualidade. Ora, assim sendo, o jornalista especializado não se pode fechar por completo no seu campo de especialização, pois, para aprofundar os factos, vai precisar de os inter-relacionar e, para fazê-lo, tem de atender aos saberes das outras áreas.

Um jornalista especializado não é um especialista, ele é um jornalista que se especializa num âmbito temático concreto. Por isso, ao contrário do especialista, o jornalista não pode ficar confinado a esse âmbito temático. Numa sociedade complexa, em que o conhecimento aumenta a um ritmo alucinante, a especialização jornalística ganha uma importância cada vez maior mas nunca pode perder de vista a visão do todo, a dimensão generalista do jornalismo.

6. Conclusão

A experiência acumulada ao longo do estágio na SIC Porto foi, como sublinhámos, amplamente benéfica do ponto de vista profissional. O contacto próximo e permanente com os demais trabalhadores da estação deu-nos a possibilidade de absorver ensinamentos valiosos.

De facto, desde os jornalistas e dos repórteres de imagem, passando pelos editores, até aos técnicos e produtores, todos tinham algo relevante para nos dizer, todos tinham um conselho útil para nos facultar. Ouvimos atentamente cada palavra, cada indicação, cada reparo. Dia após dia, íamos aperfeiçoando detalhes, reforçando os aspectos positivos, num processo de aprendizagem contínuo. Neste contexto, a disponibilidade dos jornalistas foi um factor importante, porque permitia-nos fazer sempre mais uma pergunta, esclarecer mais uma dúvida e, assim, evoluir favoravelmente.

Mesmo já tendo noções ao nível das práticas noticiosas em televisão, tivemos a oportunidade de, neste estágio, aprender e executar novas técnicas e procedimentos no âmbito do jornalismo televisivo, um tipo de jornalismo que apreciamos particularmente.

Por outro lado, também no plano pessoal estes três meses foram vantajosos, uma vez que, em reportagem no exterior, pudemos conhecer agentes de várias áreas da sociedade e ficámos com os contactos de alguns deles, o que poderá ser útil no futuro profissional.

Mas o que este estágio também nos proporcionou foi a possibilidade de pensar a especialização no jornalismo, uma questão com toda a actualidade e que ganha relevância se tivermos em conta que hoje o mundo está cada vez mais complexo e que o conhecimento está cada vez mais segmentado.

Com esta reflexão, quisemos ajudar a aprofundar a discussão sobre esta matéria e deixar ideias para debates futuros.

7. Referências Bibliográficas

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo (2005). *Jornalismo especializado na sociedade da informação*. Internet. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>;

ÁLVAREZ POUSA, Luis (2004). *La Especialización en el tiempo de la globalización*. in Fernández del Moral (coord.), Javier. *Periodismo especializado*. Barcelona: Ariel Comunicación. pp. 63-84;

ARRANZ, Fermín Galindo (2003). *Ámbitos del Periodismo de Precisión*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, S.L;

BAPTISTA, Clara; CORREIA, Fernando (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão*. Lisboa: Editorial Caminho, SA;

BERGANZA CONDE, M^a Rosa (2005). *Periodismo Especializado*. Pamplona: Ediciones Internacionales Universitarias;

BLANCO CASTILLA, Elena (2004). *Emisores de mensajes informativos. Características, Tipología y Comportamiento de las fuentes especializadas*. in Fernández del Moral, (coord.), Javier. *Periodismo especializado*. Barcelona: Ariel Comunicación. pp. 99-143;

CARVALHO, Carmen (2007). *Segmentação do jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado*. Internet. Disponível em <http://www.rpbahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0136-1.pdf>;

COLOMBO, Furio (1998). *Conhecer o Jornalismo Hoje. Como se faz a informação*. 1^a ed. Lisboa: Editorial Presença;

FERNÁNDEZ DEL MORAL, Javier (2004). *El Periodismo Especializado: un modelo sistémico para la difusión del conocimiento*. in Fernández del Moral (coord.), Javier. *Periodismo especializado*. Barcelona: Ariel Comunicación, pp. 17-32;

FERNÁNDEZ OBREGÓN, Javier (1998). *Especialización, futuro del periodismo*. Revista Latina de Comunicación Social. Internet. Disponível em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/70obr.htm>;

FONTCUBERTA, Mar de (2002). *A notícia. Pistas para compreender o mundo*. Trad. Fernando Cascais. 2ª edição. Lisboa: Editorial Notícias;

GANS, Herbert J. (2004). *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Medill School of Journalism. Visions of the American Press. Illinois: Northwestern University Press;

GARCIA, Maria Tereza (2009). *Estratégia de Segmentação no Mercado Jornalístico*. Internet. Disponível em <http://www.mercadoideias.com.br/mercado/artigos/jornalismo.pdf>;

HESS, Stephen (1985). *Insideritis and other maladies of specialized journalism*. Washington Monthly. Internet. Disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Insideritis+and+other+maladies+of+specialized+journalism-a03838422>;

MEDITSCH, Eduardo (1997). *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>;

MENESES FERNÁNDEZ, María Dolores (2007). *En torno al Periodismo Especializado. Consensos y disensos conceptuales*. Anàlisi, 35, pp. 137-152. Internet. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/viewFile/74267/94436>;

PARK, Robert E. (1940). *News as a Form of Knowledge: a Chapter in Sociology of Knowledge*. in Tumber, Howard. *News. A Reader*. Nova Iorque: Oxford University Press;

POTTER, Deborah (2008). *Specialized Journalism*. Handbook of Independent Journalism. Internet. Disponível em <http://www.america.gov/st/democracyhr-english/2008/April/20080416221340eafas0.9266735.html>;

QUESADA PÉREZ, Montserrat (1998). *Periodismo Especializado*. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias;

QUESADA PÉREZ, Montserrat (2004). *Periodismo de Investigación: una metodología para el periodismo especializado*. in Fernández del Moral, (coord.), Javier. *Periodismo especializado*. Barcelona: Ariel Comunicación. pp. 123-143;

SANTOS, Rogério (2002). *Dez anos de história da SIC (1992-2002)*. Obercom Televisão, Qualidade e Serviço Público, nº 6, Novembro;

SERRANO, Estrela (2006). *Para Compreender o Jornalismo*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra;

SOUSA, Jorge Pedro (2005). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas;

TAVARES, Frederico de Mello Brandão (2008). *(Re)pensando o jornalismo: contribuições espanholas*. Internet. Disponível em [http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/index.php?journal=edicao&page=article&op=view&path\[\]=55&path\[\]=87](http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/index.php?journal=edicao&page=article&op=view&path[]=55&path[]=87);

TAVARES, Frederico de Mello Brandão (2009). *O jornalismo especializado e a especialização periodística*. Internet. Disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/html/tavares/index.html>;

TRAQUINA, Nelson (1997). *Big Show Media, viagem pelo mundo do audiovisual português*. Lisboa: Editorial Notícias;

TUCHMAN, Gaye (1978). *Making News. A Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque: The Free Press;

TUMBER, Howard (1999). *News. A Reader*. Nova Iorque: Oxford University Press;

Anexos

DVD com peças elaboradas no decurso do estágio na SIC Porto.